

# Moçambique: o “fim da história”... única

## Trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique\*

Michel Cahen\*\*

p 195-240

O livro “hostil” de João M. Cabrita sobre a história da Frelimo, *Mozambique. The Tortuous Road to Democracy* (Houndmills, Basingstoke – Nova Iorque, Palgrave, 2000, 312 p.), já tinha dado alguma polémica (cf. *Lusotopie* 2002, I: 391-393). No entanto, publicado em inglês por um português nascido em Moçambique e radicado na Suazilândia, o livro tinha tido uma circulação restrita no país. Com Barnabé Lucas Ncomo, pode dizer-se que a situação foi bem diferente. Raramente um livro de um autor moçambicano editado em Moçambique terá feito correr tanta tinta, se se tomar em conta o número de artigos, entrevistas e correspondências publicados na imprensa do país, de Maio (antes mesmo do lançamento da obra) a Setembro de 2004. Sérgio Vieira, teórico não arrependido do partido único dito “marxista-leninista”, que tinha conseguido o texto, lançou a ofensiva anti-Ncomo antes mesmo da publicação<sup>1</sup>, utilizando erros evidentes da obra para a caricaturar grosseiramente e desconsiderar o trabalho paciente do seu autor, cometendo por sua vez erros (ou mentiras) inverosímeis<sup>2</sup>. Mas esta carga teve como efeito aumentar uma publicidade que já se fazia só de ouvir falar e na imprensa independente. O lançamento teve lugar no Centro Cultural Franco-Moçambicano de Maputo, numa terça-feira, dia 27 de Julho de 2004, no auditório, cheio de setecentas pessoas, apesar da ausência de membros do governo e históricos da Frelimo, no entanto convidados, e também sem que a obra pudesse ter sido apresentada por cinco dos académicos sucessivamente solicitados. Finalmente, o sexto académico, Dionísio Quelhas, membro da Renamo, abriu a sessão, mas igualmente na ausência de qualquer dignitário do seu partido que, como principal formação da oposição, poderia, nesse período da campanha eleitoral, ter-se lançado sobre a fortuna de uma obra que fala dos crimes do partido no poder... Alguns dias mais

\* A propósito de Barnabé Lucas NCOMO, *Uria Simango. Um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica, 2003 [publicação: Julho de 2004], 468 p., sem ISBN. Os meus agradecimentos a Salvador Cadete Forquilha pela tradução do texto do francês para o português. A versão original em francês foi publicada sob o título “La ‘fin de l’histoire’... unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique”, *Portuguese Studies Review* (Trent, Trent University), XV (1), 2007-8 [publicado em Junho de 2009].

\*\* Investigador do CNRS no Centre d’étude d’Afrique noire (CEAN) de l’Institut d’études politiques de Bordeaux.

1 Sérgio VIEIRA, “Sobre história e historietas”, domingo, 18 de Julho de 2004: 8. Os meus agradecimentos a Barnabé Lucas Ncomo pelo envio de numerosos recortes de imprensa.

2 Assim, a bomba que matou Mondlane teria passado pelas mãos do Padre Pollet, na altura a trabalhar em Tabora.

tarde, em Agosto, um segundo lançamento teve lugar na Beira, capital da região centro, de onde Uria Simango era originário. Mesmo a edição do livro foi difícil, os editores existentes em Maputo esquivando-se, obrigando o autor a fundar expressamente uma casa editorial. Dos nove *spots* publicitários na TVM, já pagos, seis sofreram um problema técnico que impediram a sua difusão para o lançamento em Maputo, mas também para o lançamento, dias mais tarde, na Beira.

Mesmo assim, a obra esgotou em alguns dias, mostrando espectacularmente a sede de muitos moçambicanos de conhecer a história do seu país – incluindo aquela da Frelimo, partido dirigente da luta de libertação anticolonial – fora da versão oficial, da “história única”. A natureza externa do público que assistiu ao lançamento, em comparação com aquele que habitualmente comparecia nas iniciativas político-culturais, foi bem assinada por Machado da Graça:

Quem eram então os presentes? Eu diria que eram uma classe média, na casa dos 30/40 anos, com formação superior. Os muitos carros estacionados à porta confirmavam esta percepção. Um certo número de gente mais velha, contemporânea do próprio Simango, também se fez representar. A forma como se desenrolou a cerimónia do lançamento foi também pouco vulgar. Foi um misto de espectáculo e de cerimónia religiosa. Com a sala às escuras e o palco iluminado, começou com o Hino Nacional e prosseguiu com orações e um coral de uma Igreja. [...] Muito mais ambiente de missa do que de comício, não houve discursos inflamados nem apelos à vingança [...] esteve presente naquela cerimónia um tipo de pessoas que não vemos normalmente nas actividades políticas, mas que está, sem a menor dúvida, interessada na vida do país. Gente que não parece atraída pelas formações políticas existentes, mas que quer saber sobre a verdade da história recente do nosso país. Gente que poderá ser mobilizada por algum projecto político sério, se bem me pareceu. Uma nova geração de cabeças pensantes, sem vínculos ideológicos, com a marca puritana da igreja protestante. [...] a surpresa foi positiva...<sup>3</sup>

Portanto, antes mesmo de ser lida, a obra de Barnabé L. Ncomo teve a sua historiografia: desde os artigos ou entrevistas à volta da publicação<sup>4</sup>, passando pela polémica consecutiva a cargo de Sérgio Vieira<sup>5</sup>, a censura na televisão<sup>6</sup> e as saudações no lançamento<sup>7</sup>, até às críticas bizarras<sup>8</sup> ou argumentadas<sup>9</sup> e, enfim, as primeiras análises matizadas<sup>10</sup>.

3 Machado da GRAÇA, “Um acontecimento”, *Savana*, 30 de Julho de 2004: 6.

4 As referências que se seguem nas sete notas seguintes não são exaustivas. Lourenço JOSSIAS, “Dei a minha contribuição à História”, *Zambeze*, 27 de Maio de 2004: 4; Theo MPFUMO (entrevista conduzida por), “Uria Simango: entre o empenho missionário contra o mal”, *Demos*, 9 de Junho de 2004: 10-11; João Baptista André CASTANDE, “Resgate merecido”, *Zambeze*, 17 de Junho de 2004; Ungulani Ba Ka COSSA, “‘Uria Simango: um homem, uma causa’ (perdida)”, *Zambeze*, 8 de Julho de 2004: 5 [artigo precedentemente recusado pelo *Jornal de Notícias*]; Fernando GONÇALVES (entrevista conduzida por), “‘Todo o mundo sabe quem mandou matar’ declara Lutero Simango”, *Savana*, 23 de Julho de 2004: 2-4.

5 Artur NKAÍMA, “Sérgio Vieira sobre os vapores de Baco”, *Zambeze*, 22 de Julho de 2004: 14; Machado da GRAÇA, “Pré-campanha”, *Savana*, 23 de Julho de 2004; Benedito MARRIME, “História? Sim; histórias e historietas? Não”, *Zambeze*, 29 de Julho de 2004: 5.

6 Francisco CARMONA, “Livro sobre Uria Simango deverá ser lançado na Beira dentro de duas semanas”, *Correio da Manhã*, 29 de Julho, n.º 1879: 1-2; Milton MACHEL, “Biografia de Uria Simango sofre censura silenciosa?”, *Savana*, 30 de Julho de 2004: 5 [artigo recusado anteriormente pelo *Jornal de Notícias*], 30 de Julho de 2004.

7 Celso RICARDO, “Sobre ‘Uria Simango’”, *Governo gazeta* no lançamento do livro”, *Zambeze*, 29 de Julho de 2004: 3; “Editorial. A história nem sempre é agradável”, *Savana*, 30 de Julho de 2004: 6; Fernando VELOSO, “‘Et vive la France!’ Reaccionários unidos jamais serão vencidos!”, *MediaFax*, 2 de Agosto de 2004, n.º 3084: 1-2; Luís NHACHOTE, “Os gazeteiros”, *MediaFax*, 2 de Agosto, n.º 3084: 4; Adelino BUQUE, “Homenagem a Uria Simango”, *Diário de Moçambique*, Beira, 3 de Agosto de 2004: 5.

8 Heliodoro BAPTISTA, “Outros homens, outras causas”, *Demos*, Maputo, 26 de Maio de 2004: 14, e 2 de Junho de 2004: 12.

9 [Paul FAUVET], “Dissident or traitor? Biography of Uria Simango launched”, *Mozambiquefile*, Maputo, AIM, Setembro de 2004, n.º 338: 10-12.

10 Fernando LIMA, “Os Simango”, *Savana*, 23 de Julho de 2004: 7; Manuel de ARAÚJO, “Será ‘Simango, uma obra, uma causa’, uma bíblia alternativa?”, *Notícias*, Maputo, 27 de Julho de 2004: 5 e 28 de Julho de 2004: 5. Estranhamente, P. Fauvet (ver nota ante-

Se muitos dos factos que este livro conta eram do conhecimento dos especialistas (mas estrangeiros na maior parte das vezes) e se não contém “revelações” propriamente ditas, pelo menos nos seus contornos gerais, o facto de ter sido escrito por um moçambicano e publicado em português em Moçambique, com muitos detalhes, a partir de fontes, nomeadamente orais, consideráveis (independentemente do uso que delas se fez, *cf. infra*) e recolhidas com uma paciência e uma prudência infinitas pelo autor desde os finais dos anos 1980 (ainda sob o partido único), enfim o enorme interesse suscitado junto de um público “não habitual” confirmam que esta obra é a manifestação de uma evolução irreversível na maneira de apreender a história em Moçambique – um pouco como *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Kossa (ou Khosa), tinha situado, a partir de 1987, o início da ruptura definitiva da literatura com o “realismo socialista”<sup>11</sup>. As implicações políticas directas da investigação histórica provavelmente explicam em parte a distância entre a viragem em história e aquela, anterior, em literatura, pelo menos no que se refere aos livros – a viragem com efeito tinha sido iniciada, por pequenos toques, em artigos de historiadores moçambicanos, em revistas moçambicanas de investigação, tais como *Estudos Moçambicanos* ou *Arquivos*, desde este mesmo período dos finais de 1980.

*Uria Simango – Um homem, uma causa* será evidentemente um encorajamento para a elaboração de biografias políticas de outros “vencidos de história” ao longo das páginas sombrias do anticolonialismo moçambicano – Lázaro N’Kavandame, Mateus Gwengere, Adelino Gwambe, etc. – e de uma forma geral um encorajamento para a elaboração de trabalhos sobre correntes políticas e trajectórias sociais e culturais de que foram o resultado; entretanto – o que será sem dúvida mais difícil ainda – contribuirá também para grandes estudos históricos e não mais hagiográficos sobre “vencedores”, tais como Eduardo Mondlane ou Samora Machel... Por outras palavras, a Frelimo pode continuar a ganhar todas as eleições, mas haverá cada vez menos história única.

Aliás, a obra foi publicada precisamente seis meses antes das eleições legislativas e presidenciais de Dezembro de 2004 em que a Frelimo ganhou mais uma vez o escrutínio (embora o número de votos fosse o mais baixo desde 1994, mesmo que a percentagem dos votos expressos a seu favor tenha estado em alta). Sem dúvida, um tal contexto não era favorável a uma discussão serena do conteúdo da obra. Agora é tempo de voltar a ela do ponto de vista da história.

## História e biografia

Uria Simango, pastor de um ramo da Igreja congregacionista americana fixada no centro de Moçambique desde o fim do século XIX, foi um dos fundadores do anticolonialismo moçambicano moderno. O seu pai, Uria Timóteo Simango, tinha sido deportado, na sequência dos motins de Machanga e Mambone – uma região de forte anticolonialismo precoce<sup>12</sup> – em 1953-54. Uria filho teve ele próprio rapidamente de se refugiar na Rodésia

rior), no boletim em inglês da Agência de Informação de Moçambique, acusa M. de Araújo de ter “descrito o livro, absurdamente, como uma ‘nova bíblia’, num longo artigo no *Notícias*” (*Mozambiquefile*, Setembro de 2004: 11), enquanto este último conclui a sua crítica positiva, sim, com uma chamada de atenção contra uma tal interpretação: “Termino este artigo, colocando a questão: será Simango, uma obra, uma causa, bíblia alternativa da História da Frelimo? Em todo o caso, a obra de Ncomo encerra em si a existência de um edifício de múltiplas janelas” (*Notícias*, 28 de Julho de 2004: 5).

11 M. CAHEN, “Ungulani Ba Ka Khosa: Ualalapi, des guerres ngunies à la fin du réalisme socialiste”, *Les Langues néo-latines* (Paris), suplemento ao n.º 327, Dezembro de 2003 [publicação Fevereiro de 2004], pp. 85-122.

12 M. CAHEN, “L’anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930-1965)”, in C. Dubois, P. Michel & P. Soumille (eds.), *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris,

do Sul, onde exerceu o seu ministério em Salisbury, desenvolvendo ao mesmo tempo uma associação legal, a *Portuguese East African Society* (PEAS), um agrupamento de entreadjudados emigrantes moçambicanos na colónia britânica que servia de cobertura às suas actividades políticas – a sua ideia de um Partido da Convenção Nacional (PCN) já estava presente. Em Bulawayo, um outro grupo de moçambicanos tinha criado um partido anticolonialista, a Udenamo (União Democrática Nacional Africana de Moçambique), dirigida por Adelino Gwambe de apenas 21 anos de idade, e do qual Simango se tornou o número dois. Ameaçado pela PIDE portuguesa, rapidamente o grupo teve de emigrar para Dar es-Salaam, sob a protecção da TANU (*Tanganyika African National Union*). Na capital tanzaniana, Simango participou nas difíceis operações de unificação das pequenas formações anticoloniais moçambicanas e colocou-se ao lado de Eduardo Mondlane. Este último, antropólogo e tendo-se tornado professor na universidade de Siracusa, era apoiado pelos tanzanianos e americanos, que desconfiavam do radicalismo e da ausência de maturidade de A. Gwambe, também apoiado pelo Gana de K. Nkrumah e pelos países do Leste. Assim, de 1962 a 1969, Uria Simango foi vice-presidente da Frelimo e geralmente apoiou, durante numerosas crises e lutas intestinas que marcaram o difícil início da luta armada, as posições do presidente Mondlane. Todavia, criticava-o fortemente pela sua falta de atenção aos problemas dos equilíbrios étnicos no seio da direcção, acerca de punições expeditivas aplicadas no seio da guerrilha e até mesmo de assassinatos nunca esclarecidos. Isso colocou-o progressivamente em oposição frontal ao grupo que ia tomar o poder, a saber uma aliança de “político-militares” mais ou menos marxistas à volta de Samora Machel, Marcelino dos Santos e outros quadros do Sul, e de jovens militares macondes formados nas missões católicas holandesas, que se tinham confrontado com os *chairmen* civis do seu grupo étnico. Aquando do segundo congresso da Frelimo, realizado em Niassa em 1968, Uria Simango candidatou-se à presidência; Eduardo Mondlane foi reeleito, mas apenas por dois votos, e unicamente por causa do boicote do congresso protagonizado pelo grupo dos *chairmen* macondes inquietos pela sua segurança. Na sequência do assassinato de Eduardo Mondlane por uma encomenda armadilhada da PIDE em Fevereiro de 1969<sup>13</sup>, uma vasta caça às bruxas foi desencadeada contra todos aqueles que se opunham aos político-militares, e Uria Simango, acusado de ser “ambicioso” – ele tinha concorrido contra Mondlane –, foi a pouco e pouco envolvido em acusações de cumplicidade na morte deste último. Expulso da Frelimo em 1970 após ter publicado um documento denunciando os atropelos dos direitos humanos no seio da Frente, exilou-se então no Cairo, de onde tentou recriar uma organização anticolonialista, o Coremo (Comité Revolucionário de Moçambique). As raras actividades militares deste grupo, lançadas a partir da Zâmbia na província de Tete, foram perseguidas tanto pelos portugueses como pela Frelimo (depois pelos próprios zambianos, uma vez que a vitória da Frelimo foi certa). Simango voltou a Moçambique, na Beira, pouco tempo depois do 25 de Abril de 1974, tentando relançar o seu primeiro projecto do PCN, desta vez sob a designação de Partido da Coligação Nacional, pois era formado a partir do reagrupamento de pequenas formações. Destas últimas, algumas eram anticolonialistas e outras

L'Harmattan, sept. 2000, 462 p.: 319-333; e não publicado *Les "Mutineries" de la Machanga et de Mambone (1953): conflits sociaux, activisme associatif et tension religieuse dans la partie orientale de la "zone vandau"*, Bordeaux, Janeiro de 1991, CEAN-IEP, 55 p. multigr. Visivelmente, o autor não conhecia estes trabalhos de língua francesa.

<sup>13</sup> Aqui não é o lugar para discutir as circunstâncias da morte de Eduardo Mondlane, mas o autor destas linhas, devido às suas fontes, não tem alguma dúvida acerca da responsabilidade da polícia secreta portuguesa. Na página 111 da sua obra, Barnabé L. Ncomo também indica que E. Mondlane foi assassinado pela PIDE.

de facto toleradas e manipuladas pelos portugueses durante a última fase do seu poder. Em condições mal esclarecidas (inclusive na obra de B. L. Ncomo), Simango cometeu o grande erro de participar nos motins dos portugueses nativos a 7 de Setembro de 1974. Estes motins, na verdade, exprimiram o desespero da pequena burguesia branca e mestiça luso-colonial de ver recusada toda a representatividade na formação de um governo provisório formado por Portugal e por uma Frelimo já virtualmente partido único<sup>14</sup>; contudo, só podiam ser interpretados pela maioria da população africana como uma tentativa de lhe roubar o seu direito à independência<sup>15</sup>. Assim, ele teve de abandonar o país logo em Outubro de 1974 – o que ele fez pela primeira vez – com a ajuda da rede (em vias de desaparecimento) de Jorge Jardim. Não conseguiu despertar o interesse dos rodesianos e exilou-se então no Quênia. Lá, caiu na armadilha de um convite ao Malavi. Chegado a este país, cuja ditadura havia colaborado tanto com os portugueses e tinha muito que se fazer perdoar, foi directamente levado à fronteira com Moçambique e entregue à Frelimo com a ajuda da Polícia portuguesa... Primeiro levado para Nachingweia, o antigo campo de treino da guerrilha na Tanzânia de que Samora Machel tinha sido comandante, lá foi coagido, na mais pura tradição estalinista, a ler publicamente uma longa confissão em que se acusava de todos os crimes, desde o início das suas actividades, e implorava perdão (11 de Maio de 1975). Depois, foi enviado para o “campo de reeducação” de M’telela, no Norte do Niassa, na companhia de outros opositores (J. Simeão, L. N’Kavandame, M. Gwengere, P. Gumane e alguns outros<sup>16</sup>); dali a pouco tempo juntou-se-lhe a sua esposa, presa no seu domicílio na Beira. Mas nenhum destes opositores teve direito a um processo, e todos foram assassinados em condições sem dúvidas atrozes (queimados vivos), em 1977 ou 1978 – a mulher de Simango, sem outra culpabilidade que não fosse o facto de ser sua esposa, sendo liquidada em 1981, com outras esposas e, segundo Barnabé Lucas Ncomo, seus filhos. Os filhos de Uria Simango não foram seriamente perturbados, talvez por um feliz acaso de circunstâncias, e hoje são activos na política moçambicana. É provável que a Frelimo tivesse medo de um ataque-surpresa da Renamo nascente e que conseguisse libertar estes opositores que tinham mantido o seu prestígio. O primeiro chefe da Renamo, André Matsangaissa, não se tinha especializado em atacar os campos de reeducação, libertando os prisioneiros e recrutando uma parte deles? Isso teria dado à rebelião uma legitimidade política e uma capacidade de autonomia que, evidentemente, o único apoio rodesiano interditava.

14 Um dos principais grupos que participaram nos motins de 7 de Setembro de 1974 foi o Fico, Frente Integracionista da Civilização Ocidental, denominação que incontestavelmente cheira a extrema-direita integracionista portuguesa. Todavia, para neste aspecto deixa de lado toda a mística luso-brasileira, aprendida na escola por todos e com a qual se identificavam largos sectores: “Fico” é também a resposta dada pelo regente Dom Pedro à delegação da câmara municipal do Rio de Janeiro no dia 9 de Janeiro de 1822, confirmando assim a sua recusa de obedecer às Cortes de Lisboa que lhe davam ordens para voltar. O processo devia terminar, no mesmo ano, no muito famoso “grito de Ipiranga”, quando o regente, uma vez mais intimado pelas Cortes, declarou “a independência ou a morte”. Mas uma independência evidentemente “à brasileira”, anunciada a... 7 de Setembro (mas de 1822). Certos acasos são estranhos.

15 E isso, tanto mais que, à margem da ocupação do Rádio Clube por amotinados pacíficos, autênticos extremistas brancos levaram a cabo expedições punitivas e massacres nos bairros do caniço de Lourenço Marques. Em contrapartida, contrariamente ao que foi, e ainda é, escrito, estes motins não tiveram estritamente nada que ver com as redes de Jorge Jardim.

16 Das quatro pessoas citadas neste parêntese, só as duas primeiras tinham colaborado com os portugueses em circunstâncias bem diferentes. Lázaro N’Kavandame rendeu-se aos portugueses que o tinham intoxicado com um projecto vago de autonomia da sua província, Cabo Delgado, e enquanto temia pela sua vida no seio da Frelimo; Joana Simeão foi realmente utilizada por Jorge Jardim como exemplo de uma corrente política “brasileirista” e fê-la chegar até Marcello Caetano. É preciso não esquecer que Jorge Jardim, ao mesmo tempo, negociava com... a Frelimo sob a mediação de Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia. O seu primeiro “protocolo de Lusaca” (1973), de resto, faz furiosamente pensar nos Acordos de Lancaster House, que Samora Machel impôs a Robert Mugabe em 1979 a pedido de Margaret Thatcher para acabar completamente com a Rodésia, preservando ao mesmo tempo os interesses dos rodesianos.

Portanto, a vida de Uria Simango confunde-se com a história da maturação do anticolonialismo moderno moçambicano e da própria Frelimo. Para além da história de um homem, ela permite estudar a heterogeneidade dos processos sociais, étnicos e culturais que levaram à luta de libertação numa zona territorial de pura pertinência colonial – Moçambique –, longe da ficção de uma “unicidade” defazendo-se regularmente de dissidentes forçosamente traidores. O livro de Barnabé Lucas Ncomo (*infra* BLN) tem portanto, com toda a evidência, este mérito e, como já se disse, faz parte da *história da história* de Moçambique contemporâneo. Isto não significa que não tenha imperfeições metodológicas, ou que se deva segui-lo em todas as suas hipóteses ou afirmações.

## A “história verdadeira” é o inverso da “história oficial”?

O que é que incitou BLN a empenhar-se, desde o fim dos anos 1980, numa busca histórica de longa duração? Certamente não foi por “manobra eleitoral”, como alguns acreditaram ter de o censurar – o livro tinha efectivamente sido publicado seis meses antes das eleições gerais, mas a pesquisa tinha começado perto de quinze anos antes. O autor conta ele próprio a circunstância e dela pode extrair-se uma significação mais profunda. Ainda criança, ele tinha assistido a um espectáculo na escola, e um dos pequenos actores falava *cindau* com um sotaque esquisito, preferindo expressar-se em inglês: tratava-se de Lutero Simango, filho de Uria, que os seus diversos exílios tinham tornado anglófono. Perguntando ao seu próprio pai quem era este jovem, ele atraiu sobre si a resposta de que era o filho de um “homem extraordinário”, Uria Simango. Ora, este Uria Simango era o mesmo de que se dizia, nas canções políticas quotidianas obrigatórias na escola, ser um “reaccionário”. A contradição entre a palavra da escola e a palavra do pai terá sido a primeira motivação.

Mas esta sensibilidade distinta saída do pai exprime um sentimento difuso bem mais importante: a vivência numa cidade, a Beira, que não tinha tido, ao longo do século XX, a mesma história que a capital e as suas gentes do extremo sul, cujas etnicidades, misturas cristãs, ambiente geopolítico, e até mesmo brancos<sup>17</sup>, eram diferentes daqueles de Lourenço Marques (Maputo); que tinha conhecido uma outra maturação nacionalista desde os motins de 1932, 1953 e 1954 e onde o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala tinha sido interdito em 1956 – maturação mais precoce que aquela do Sul, mas ignorada na história oficial da Frelimo; que conhecia uma outra colonização britânica (a Rodésia do Sul de antes de 1965 e a Niassalândia) permitindo uma socialização diferente daquela que viviam os emigrantes do Sul de Moçambique que partiam para o Rand ou o Transvaal, etc.; em suma, uma cidade inteira que sentia o poder da Frelimo como largamente estrangeiro. De uma certa maneira, as motivações do autor foram muito mais morais do que políticas ou históricas: restabelecer a dignidade de um homem assassinado pelo partido no poder e reintegrá-lo no seu direito de fazer parte da história do país e, mais precisamente, dos seus Heróis<sup>18</sup>. Nesta busca, BLN empenhou-se com uma muito grande perseverança e uma coragem evidente, mas sem preparação suficiente para o ofício de historiador e com uma visão fortemente distorcida das trajectórias do anticolonialismo em Moçambique.

<sup>17</sup> A vitória de Humberto Delgado, candidato da oposição republicana em 1958, foi de tal maneira esmagadora na Beira entre os eleitores brancos e assimilados, que a ditadura salazarista não conseguiu suprimi-la e teve de proclamar os seus resultados.

<sup>18</sup> O tema dos Heróis é de primeira importância no discurso de “produção da nação” em Moçambique, e inteiramente retomado (invertendo-o, evidentemente) pela Renamo. Do lado da Frelimo, pode consultar-se o estudo de Jérôme VIALATTE, “Mozambique: l’État en quête d’une nouvelle symbolique”, *L’Afrique politique* (Paris, Karthala), 1997: 39-54.

Paradoxalmente, a sua leitura da história é quase idêntica àquela da Frelimo no poder, visto que paralelamente inversa: sabe-se que esta última explicou a grande crise interna de 1968-1970 e as suas consequências ulteriores até à emergência do “banditismo armado”<sup>19</sup>, como um confronto entre a “linha burguesa” e a “linha revolucionária” no seio da Frente. BLN não põe em causa este tipo de problemática, a não ser que de um lado teremos os “verdadeiros nacionalistas pluriétnicos” e do outro lado os “comunistas sulistas” (isso é muito claro desde o começo da obra, *cf.* p. 20, por exemplo). A grelha de leitura é inteiramente fundada sobre esta oposição, que interpreta todos os acontecimentos internos ao anticolonialismo como simples reflexos de determinantes internacionais – os agentes de Moscovo ou Pequim, e aqueles que resistem, com um Eduardo Mondlane hesitando entre estes dois pólos e acabando provavelmente por morrer por isso mesmo. Isso enfraquece grandemente o alcance analítico da obra, ainda que fundada, já se mencionou, sobre fontes consideráveis.

Mas aí reside um outro problema, a saber, a total ausência de metodologia crítica para com as fontes. Não se trata de recusar ao autor o seu direito de defender uma causa e opiniões, mas a demonstração teria sido reforçada por uma distância maior em relação ao objecto estudado e certas posições teriam ganho fortemente se fossem apresentadas como hipóteses de pesquisa, em vez de serem apresentadas como factos comprovados, quando apenas são asserções. Muito frequentemente, é mais nas contradições internas à sociedade moçambicana, nas trajectórias sociais dos seus segmentos de elites, na geopolítica das suas regiões, do que nos alinhamentos e factores internacionais que, sem negar estes últimos, melhor se explica o curso dos acontecimentos. Por exemplo, não se trata de negar que certos dirigentes foram atraídos pelo “marxismo-leninismo” – isto é, um pós-marxismo e um pós-leninismo estalinizados<sup>20</sup> –, dirigentes de resto bem menos numerosos, no começo, na Frelimo moçambicana do que no MPLA angolano. Mas isso não nos diz nada acerca deste fenómeno, não explicita as causas socioculturais de um tal alinhamento político ulterior – causas que permanecem vivas, distintas do alinhamento que elas produziram durante todo o período<sup>21</sup>. A não fazê-lo, desvia-se para uma concepção policial da história, sendo a Frelimo simplesmente confiscada progressivamente por “agentes” comunistas (ou assimilados) infiltrados.

Lamentemos enfim o uso, em minha opinião exagerado, do anonimato das entrevistas. Quando o autor começou as suas pesquisas, o anonimato era indispensável e, de toda a maneira, a condição posta pelos interessados para aceitar falar: assim, temos 47 entrevistas identificadas e 28 anónimas. No momento da publicação da obra (em 2003-2004), é provável que uma boa parte desses anónimos tivesse aceite dar-se a conhecer: é importante não apenas por uma questão de fontes, mas porque nomear o informador permite também descrevê-lo, situar a sua trajectória, compreender porque disse ele isso e não outra coisa. Pois enfim, no Moçambique de hoje, é muito mais perigoso revelar assuntos de corrupção do que crimes do passado, mesmo quando eles são comprometedores para dirigentes ainda no poder.

19 “Banditismo armado”: qualificação utilizada pela Frelimo para designar os rebeldes da Renamo, a fim de lhes negar todo o teor político.

20 Lembremos que a expressão “marxista-leninista”, que “rigidifica” o pensamento marxista associando-o apenas a dois (ou três) pensadores (Marx, Engels, Lenine), é uma expressão forjada somente a partir da estalinização completa do Partido Comunista da URSS.

21 Havia outras culturas marxistas disponíveis (austro-marxismo, análises gramscianas, luxemburgistas, trotskistas, ou ainda o marxismo latino-americano de um Mariategui, etc.) que não atraíram os dirigentes da Frelimo ou do MPLA no momento da sua formação, enquanto estavam na Europa, e é preciso compreender as razões sociais e culturais deste estado de facto.

## A maturação anticolonialista

No primeiro capítulo (“O fim”: 25-54), BLN começa... pelo fim, e isso é coerente: ele quis descobrir as circunstâncias da morte de Uria Simango e restitui-nos o resultado da sua investigação. Não se pode deixar de ficar comovido – e indignado – pela leitura dos detalhes da execução dos “reaccionários”, mesmo se as suas grandes linhas fossem conhecidas. Contudo, mesmo na exposição quase puramente “técnica” desses factos, o autor derrapa: apresenta-nos a odiosa máquina de triturar e executar como uma particularidade do “radicalismo de esquerda” (nota 35: 39-40), julgando-se autorizado a explicar da mesma maneira a execução, em Timor-Leste, de militantes de Apodeti e da UDT (grupos conservadores) pela Fretilin (típica do dito “radicalismo de esquerda”) na véspera da invasão indonésia. No entanto, as suas circunstâncias são completamente diferentes (execução, por um poder do Estado, de alguns dirigentes, detidos desde há muito tempo num campo organizado, no caso, da Frelimo; execução de prisioneiros em clima de guerra civil e de pânico, imediatamente antes da invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975, no caso da Fretilin): isso não justifica nada, mas interdita a comparação. Por outro lado, este tipo de crime pode evidentemente ser encontrado em muitos outros quadrantes políticos, em particular de direita, ou da parte de potências coloniais: o assassinato de Patrice Lumumba no Congo pelos serviços secretos belgas, ou os assassinatos dos últimos dirigentes do UPC nos Camarões por um poder enquadrado pelos franceses, bem como de todos os seus opositores por Hastings Kamuzu Banda no Malawi, etc. O “radicalismo de esquerda” é assim apresentado como causa da morte atroz de Simango, o que é absurdo. Este paradigma do “comunismo policial” atravessa toda a obra e enfraquece a sua análise política: felizmente isso não lhe retira o seu interesse biográfico.

O segundo capítulo (“Das origens à socialização política”: 55-83) retoma a ordem cronológica habitual e aborda o período da infância até à partida para a Tanzânia. Uria Simango nasceu no seio da linhagem Wadja do clã Simango, fixado na região do estuário do rio Save (Sabi, na Rodésia), entre Maropanhe e Machanga, uma família ligada ao régulo Chiteve. Esta família tinha sido convertida ao cristianismo, no fim do século XIX, pelos congregacionistas americanos. Toda esta elite meio rural, meio urbana (quando emigra para a Beira) foi profundamente marcada pelo activismo de Colombus Kamba Simango, o primeiro da região (e talvez de Moçambique) a ter feito estudos nos Estados Unidos, e está na origem do associativismo *ndau* na região de Manica e Sofala. Preso aquando dos motins de Machanga de Junho de 1953, Timóteo, o pai de Uria, foi deportado, voltando a Machanga somente em Novembro de 1962; morreu na Beira em 1989 sem nunca ter revisto o seu filho.

Seguindo o seu pai, Uria foi pastor da Igreja do Cristo (ramo de Manica e Sofala) em Janeiro de 1956, igreja “local” ligada tanto aos presbiterianos suíços como aos congregacionistas americanos. Foi neste clima proto-nacionalista e protestante que ele se uniu a Silvério Rafael Nungu (mais tarde acusado de cumplicidade na morte de Mondlane), Alberto Sithole, Samuel Dhlakama, etc., toda uma geração de jovens anticolonialistas do centro do país, já parcialmente “internacionalizados” pelos seus laços com os emigrantes na Rodésia e na África do Sul. Acerca do motim de Machanga, BLN<sup>22</sup> considera que ele tinha aguçado “o conceito de nação em Manica e Sofala, e em particular entre

22 ... que ignora o meu estudo sobre a questão: *Les “Mutineries” de la Machanga e de Mambone (1953)...*, *op. cit.*

as populações da etnia shona” (p. 64), reproduzindo assim a confusão frequente entre anticolonialismo e nacionalismo (este último entendido à escala de toda a colónia)<sup>23</sup>. Ora, se este episódio histórico fundador é incontestavelmente anticolonialista e nacionalista, é-o à escala da nação ndau e não de um “Moçambique” perfeitamente abstracto, mesmo para o académico Kamba Simango, cujo sonho era criar uma universidade ndau. Porquê a área colonial “Moçambique” teria tido mais pertinência do que a área nacional ndau (chamem-na área étnica se quiserem, isto não muda nada a realidade humana e cultural)? De facto, é a repressão portuguesa que lentamente fez de “Moçambique” uma área de pertinência, no entanto, não forçosamente “nacional”<sup>24</sup>.

Uria filho não esteve presente no local aquando do motim, mas foi indirectamente por causa dele que depressa se exilou na Rodésia do Sul, na sequência do aperto da vigiância portuguesa. Uria Simango está em Salisbury no início de 1959, como pastor da *Presbyterian Church of Central Africa*, e ali organizará vários encontros evangélicos com “portugueses” negros emigrantes e desenvolverá uma acção social e política a coberto da PEAS. Só voltará à Beira para se casar, abandonando esta cidade precipitadamente devido a uma prisão iminente. Mas é nesta ocasião que ele encontra pela primeira vez Filipe Samuel Magaia, que se tornará o primeiro comandante da Frelimo e que morrerá em circunstâncias estranhas. Em Novembro de 1960, Simango funde o seu grupo com a Udenamo, organizada a partir de Bulawayo por Adelino Gwambe. As correspondências imprudentes que a Udenamo manteve com certos jovens de Beira confirmaram à PIDE, na sequência de rusgas e interrogatórios (p. 75), a sua suspeita no papel de Simango para o despertar anticolonialista dos emigrantes moçambicanos da Rodésia. Em Março de 1962, a PIDE por pouco falhou na organização do rapto de Simango, fracasso que nos é contado com todos os detalhes, rocambolescos e trágicos (pp. 77-83).

## Trajectórias socioculturais ou conspiração etnicista e comunista?

O terceiro capítulo (“Na Tanzânia e a luta de libertação”: 85-129) trata da vida política de Simango em Dar es-Salaam. A Udenamo já existia lá desde 1961 e representava Moçambique na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), tendo a sede em Rabat e em seguida em Argel. A vida política tanganhiquesa era evidentemente dominada pela TANU (*Tanganyikan African National Union*), que, segundo o autor, via com maus olhos estes “moçambicanos vindos da Rodésia” (p. 86). Não era exactamente isso. A TANU desde há muito tempo estava em contacto com emigrantes macondes, portanto do extremo Norte de Moçambique, não lusófonos, e ignorava tudo sobre os moçambicanos das regiões mais a sul e mais urbanizadas. Ora estes últimos (da Zambézia, do Centro ou do Sul) falavam português, o que parecia muito chocante e “colonial” para a TANU habituada ao... inglês (tido como a “norma” em toda

23 Acerca desta confusão frequente, ver M. CAHEN, “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular”, *Africana Studia* (Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos), VIII, 2005: 39-67.

24 De notar que BLN comete um erro factual ao citar o “administrador do concelho” (de Machanga), Ivens Ferraz Freitas (p. 65). Um indício de que a administração portuguesa tomou muito a sério este motim foi justamente o ter enviado, para levar a cabo o inquérito, Ivens Ferraz Freitas, a saber o administrador do concelho... de Lourenço Marques, a capital! Nos meses seguintes, Ferraz foi várias vezes a Machanga para acompanhar o inquérito e a repressão. Há diversos outros erros factuais sobre o desenvolvimento dos motins de Machanga e Mambone (p. 66, por exemplo, sobre o papel de Gabriel Tivane), mas que não alteram a sua interpretação global.

a África oriental...); estes “lusófonos” eram sempre vistos como portugueses suspeitos de serem colaboradores do poder colonial. A MANU (*Makonde/Mozambique African National Union*) sentia a mesma coisa por estes moçambicanos esquisitos, muito “portugalizados” e urbanizados. A heterogeneidade moçambicana teve assim, desde o início, consequências importantes na estruturação do anticolonialismo: as clivagens não eram principalmente políticas, mas socioculturais; ou, mais exactamente, foram estas últimas que provocaram as primeiras. Não era por acaso que a MANU estava ligada à PAFMECSA (*Pan African Movement for East Central and Southern Africa*) e a Udenamo à CONCP: duas trajectórias sociais internas e dois alinhamentos políticos internacionais diferentes. A Udenamo estava na verdade ligada ao Gana anglófono, mas este era um país longínquo e atento aos movimentos emancipadores da África ocidental “latina” (*Rassemblement démocratique africain* nas colónias francesas, PAIGC na Guiné portuguesa e em Cabo Verde).

O avanço rumo à unificação dos pequenos grupos presentes em Dar es-Salaam foi difícil, mas a pressão conjunta de K. N’Krumah e de J. Nyerere obrigou a MANU e a Udenamo a aceitarem unir-se numa Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), aquando da *All African Freedom Fighters Conference*, de 30 de Maio a 2 de Junho de 1962 em Acra. Portanto, a Frelimo não nasceu a 25 de Junho, mas sim a 2 de Junho, com A. Gwambe como presidente da união dos dois grupos, o que BLN relata e é amplamente confirmado por outras fontes. Contudo esta união permanecia uma frente, sem significar a fusão das duas correntes. Mesmo assim, a história que se seguiu foi a imposição de um dirigente exterior a todos os movimentos existentes – Eduardo Mondlane –, sem que um mínimo de verdadeiro debate tivesse tido lugar nos grupos interessados. É certo que a TANU tinha decidido ver-se livre de A. Gwambe, muito jovem e imprevisível nas suas declarações políticas. Uria Simango, segundo BLN (p. 92), foi escolhido para coordenar a comissão de vinte membros encarregada de organizar a verdadeira fusão, incluindo nela a Unami (União Nacional de Moçambique Independente)<sup>25</sup>.

De facto, a fusão organizada a 25 de Junho de 1962, com o apoio total de Uria Simango – mas a recusa não menos total de Adelino Gwambe –, não impediu a retirada de uma parte dos “fundidos”, nos dias ou meses seguintes, aquando de convulsões sucessivas (que não se detalharão aqui). As questões étnicas, para além mesmo dos interesses das pessoas, foram causas importantes dessas convulsões – eu próprio insisti no papel estruturante das trajectórias socioculturais, de que a etnicidade faz parte –: mas era por essa razão um “grande plano” claramente concebido desde o início? BLN parece pensar assim, ao escrever que a eliminação de A. Gwambe e a “eleição” de Eduardo Mondlane se tratava de facto da “procura de uma hegemonia étnica e regional para a liderança da organização”, que “cedo se faria sentir por parte de alguns” (p. 93).

As coisas são ao mesmo tempo mais simples e mais profundas: estavam reunidos em Dar es-Salaam “moçambicanos” que nunca se tinham encontrado antes, provenientes

25 Segundo BLN, os enviados da Unami – um pequeno grupo do Oeste zambeziiano – tinham como instrução aceitar a todo o custo a fusão com a Frelimo (p. 91). Não partilho este ponto de vista, com base em arquivos da PIDE. A. B. Costa Chagonga, dirigente da Unami, não esteve presente aquando da “segunda” criação da Frelimo a 25 de Junho de 1962 e sempre aceitou a Frente apenas como uma frente de diversas organizações guardando a sua independência. E. Mondlane não esteve longe de reconhecer isso, ao considerar, apenas em 1965, que a Frelimo, no Malavi, era representada pela Unami – que, nessa data, não aceitou a fusão. De facto, a Unami foi em seguida recuperada pelos portugueses, na sequência do rapto do seu dirigente, tendo sido parcialmente convertido aquando do seu cativeiro com base na sua hostilidade para com a Frelimo sulista... De igual modo, não me parece nada comprovado, como o afirma BLN (p. 92), que ele tenha sido morto na prisão em Setembro de 1988, depois de ter sido preso pela Frelimo em 1975. Parece-me que ele morreu em sua casa, não tendo sido de novo inquietado desde há anos.

de regiões sem nenhum laço histórico entre si, que não falavam as mesmas línguas africanas, tinham uma relação histórica com a colonização diferente, não frequentavam as mesmas missões; em suma, gente para quem a “moçambicanidade” não era nada mais do que o facto de terem em comum a opressão portuguesa. Nestas condições, enquanto a atmosfera não é de modo algum favorável ao debate democrático, um dirigente proveniente de uma região parece totalmente “estrangeiro” a muitos outros, parece-lhe “não ser conveniente”, não fazer parte do seu mundo. Desta forma se exprimem na verdade sentimentos e até discriminações étnicas, mas que provêm da manifestação da própria heterogeneidade do espaço “Moçambique” e não de uma vontade preestabelecida.

Ora esta heterogeneidade não é de modo algum uma diferença na iguade: as pessoas do Sul são mais alfabetizadas, mais numerosas na micro-elite “moderna”, mais hábeis em valorizar os seus laços internacionais, etc. Levam a melhor porque um dirigente oriundo do Sul e professor universitário parece-lhes ser mais “conveniente” devido à própria trajectória sociocultural deles, e devido a um “grande plano” etnicista que seria seguido depois de um plano “comunista”. Alguns, sem dúvida alguma, tiveram opiniões e sensibilidades mais claramente etnicistas do que outros, mas a maior explicação parece-me dever ser procurada mais na manifestação de trajectórias socioculturais diferentes e desiguais do que em orientações étnico-políticas claramente definidas desde o início. Por fim, há o contexto: esta heterogeneidade moçambicana nunca teve a ocasião de ser discutida serenamente pelos interessados, porque não existia nenhuma tradição democrática e a comunidade internacional (nomeadamente a ocidental e de “direita”), menos do que ninguém, não insistia na ideia democrática – esta comunidade que apoiava por toda a parte a implementação de frentes (futuros partidos) únicas<sup>26</sup>. Mencionarei apenas uma pequena anedota para ilustrar o propósito: muito mais tarde, aquando da abertura pluralista em Moçambique, o Presidente Joaquim Chissano declarou estar “aberto à discussão sobre a preeminência dos quadros oriundos do Sul na administração do Estado...” e acrescentou “... embora pessoalmente eu não reparei nada”; o mais interessante é que ele podia perfeitamente estar a ser sincero<sup>27</sup>. Isso não atenua em nada a enormidade desta declaração, mas são habitus que se exprimem mais do que opiniões.

E. Mondlane tornou-se, a 25 de Junho de 1962, o presidente da Frente, na ausência voluntária de A. Gwambe<sup>28</sup>. Temos portanto uma Frelimo que nasce dificilmente e que vai levar dois anos a fundir verdadeiramente as suas bases discordantes no Tanganhica, em Zanzibar e no Quênia. Mas existe, desde o início, uma “forçada convivência de duas escolas ideológicas na mesma casa” (p. 99)? BLN dedica páginas a tentar mostrar que um dirigente como Marcelino dos Santos era pouco ou muito um agente de Moscovo (pp. 99-112), obrigado pelas circunstâncias a conviver com um Eduardo Mondlane liberal. Contudo esta explicação desconstrói-se por si só: se tal fosse o caso, por que razão Marcelino dos Santos se oporia a A. Gwambe e à manutenção da Udenamo que beneficiava de uma “imensa simpatia do Gana, de quem recebiam apoio material e financeiro, [e que] era conhecido pelas suas alianças ao Bloco do Leste europeu e à estratégia da

26 Lembremos que a política dos comités de descolonização da OUA e da ONU era a de reconhecer apenas uma só frente “representante único e legítimo do povo de...”, em cada país. Da unidade desejada, a comunidade internacional passou assim à imposição de partidos únicos. E não foram os “comunistas”!

27 Com isso quero dizer que, para pronunciar um tal juízo, não era necessário que ele fosse movido por um cinismo deliberado.

28 Regressado da Índia na tarde do dia 23 de Junho, A. Gwambe podia perfeitamente participar na reunião da criação da Frelimo. Mas ausentou-se de novo, muito voluntariamente, desde o dia 24! Foi ele, e de modo nenhum Mondlane, o artesão da sua ausência, contrariamente ao que BLN deixa pensar (pp. 96-99).

Internacional Comunista [sic!]<sup>29</sup> (p. 104)? BLN é obrigado ele próprio a avançar explicações que giram à volta do facto de M. dos Santos ser mestiço e, por isso, ainda que de longe a pessoa com a maior formação académica, ser inaceitável para os outros. BLN aproxima-se então de uma compreensão em termos de heterogeneidade das trajetórias quando escreve que M. dos Santos “não encontrava nos nacionalistas moçambicanos de raça negra alguém que tivesse trilhado os mesmos caminhos que ele” (p. 104). Por isso, a aparição da Udenamo foi para ele, antes de mais, uma “bóia de salvamento” (p. 105), pois ele pessoalmente não tinha nenhuma base, nenhuma rede, em Moçambique; mas depois foi um problema por causa da incapacidade estratégica de A. Gwambe. Este viu-se então “na ‘infeliz’ situação de ter de aceitar um dirigente moldado e temperado na sede do liberalismo ocidental”, a saber E. Mondlane (p. 106). Ora esta apreciação de BLN em todo o caso só tem uma explicação: ela é suposta em função do (não menos suposto) “pró-comunismo” de Marcelino dos Santos<sup>30</sup> e não em função de fontes (escritas ou orais). O autor faz passar uma opinião por um facto verificado – quando os dois “estatutos de enunciação” (opinião/facto) deveriam estar claramente indicados –, o que acontece muitas vezes na obra. Mesmo se por um instante aceitássemos esta hipótese (explicação pelo “comunismo” e Moscovo), ela imediatamente entraria em choque com o facto de a “estratégia” do estalinismo depois da Segunda Guerra Mundial não ser de modo algum empurrar para o “radicalismo de esquerda” as formações africanas<sup>31</sup>, nem de criar partidos comunistas africanos<sup>32</sup>. O PCP também não teve intenção nesse sentido<sup>33</sup>. Sabe BLN que Marcelino dos Santos se opôs à participação do PCP na CONCP? Contrariamente ao que BLN interpreta, a hipótese inversa parece-me mais plausível: Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane tinham trajetórias socioculturais não idênticas (nomeadamente uma estadia em França para o primeiro, nos Estados Unidos para o segundo) mas compatíveis; eles eram “admissíveis” um perante o outro e a lealdade “americana” (mas “democrática”) do segundo podia perfeitamente entrar numa estratégia de unidade nacional... aprovada pela URSS! BLN escreve:

Foi preciso Mondlane morrer em Fevereiro de 1969 para que, gradualmente, a Frelimo se transformasse de uma Frente de tendência política liberal, a um movimento marxista-leninista de cariz estalinista. (p. 107)

Com a sua morte [de Mondlane] em Fevereiro de 1969, o movimento viria a ser assaltado por uma linha marxista-leninista que, a despeito de então existir desde a sua fundação em 1962, nunca logrou impor-se efectivamente. (p. 111)

29 Lembremos que a Komintern foi dissolvida por Estaline em 1943 a fim de facilitar as táticas de união nacional dos PC dos países capitalistas, e que o Kominform, o seu pálido reflexo tardio, foi dissolvido em 1959.

30 O laço de Marcelino dos Santos ao “marxismo”, e mais ainda ao “comunismo”, mereceria uma análise detalhada e matizada. Em todo o caso, ele nunca se afirma nesses anos como marxista ou comunista, ao contrário de um Viriato da Cruz, que cria um partido comunista angolano e se assumirá sempre, até à sua morte em 1973, como um marxista convicto. Acerca de Viriato da Cruz e o marxismo, ver o estudo de Christine MESSIAINT, “Viriato da Cruz em Pequim: as provações de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação”, in Michel LABAN (ed.), *Viriato da Cruz. Cartas de Pequim*, Luanda, Chá de Caxinde, [2004]: 215-360.

31 Lembremos, por exemplo, que o apoio concedido pela URSS a um Nasser (Egipto), na verdade anti-imperialista mas de modo nenhum pró-comunista, foi bem superior ao apoio concedido ao partido comunista vietnamita na sua luta contra os franceses e depois os americanos; ou que a radicalização castrista em Cuba foi feita (1959-1962) contra o parecer dos soviéticos. A este respeito, ver a obra clássica de Jacques LEVESQUE, *L'URSS et la révolution cubaine*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques – Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 1976, 222 p.

32 Aqueles que existiam (África do Sul e países árabes) tinham sido criados antes da estalinização.

33 Judith MANYA, *Le Parti Comuniste Portugais et la question coloniale (1921-1974)*, tese em ciências políticas, Institut d'études politiques de Bordeaux, Dezembro de 2004.

Penso que ele se engana completamente por várias razões. A primeira é que a Frelimo nunca foi uma frente “de tendência política liberal”. Desde os primeiros estatutos de 1962, portanto muito antes do “marxismo-leninismo”, o “centralismo democrático” é adoptado e instituído em normas de funcionamento *interno* da Frente – isto é exactamente o contrário da definição de princípio leninista (anterior ao estalinismo) que prega o “centralismo democrático” para a actividade do partido em direcção ao *exterior* e aceita as tendências e fracções internas. Esta adopção teve grande consequência, pois significou a onipotência de um bloco de poder no seio da direcção, em detrimento da democracia: o “centralismo democrático interno” significou que todos os dirigentes tiveram de usar, no interior do partido, a orientação que a maioria tinha tido no seio do Comité Central, sem mesmo poderem explicar as suas posições pessoais às bases e às direcções intermediárias. Estas últimas tinham à sua frente apenas dirigentes “unânicos”, o que as asfixiava politicamente<sup>34</sup> e perpetuava a percepção de uma direcção infalível (que ela fosse de tipo estalinista, salazarista ou... nguni!), no seio da qual os problemas *não podiam* ser políticos, mas *só podiam* ser fruto de intrigas, manipulações, desvios, traições, tribalismos, etc.

Em segundo lugar, desde o início, a Frelimo só encarava uma hipótese: o partido único – e isso não tinha nada de especificamente marxista. Os outros grupos (Unami, Coremo) nunca foram considerados como tendo divergências, mas como sendo traidores, colocando-se eles próprios fora da nação. Enfim, também desde o início, mesmo se a tendência se agravou em seguida, a Frelimo olhou para a sociedade camponesa com um paternalismo autoritário: a sociedade camponesa não devia ser “liberta”, mas “modernizada”, “organizada”. A Frelimo nunca foi “liberal”, mesmo no sentido que o termo podia ter antes da actual época neoliberal.

Não podemos na verdade saber o que teria acontecido se Mondlane estivesse vivo. É possível (até mesmo provável) que a Frelimo não tivesse adoptado o “marxismo-leninismo” como teoria oficial – mesmo que Mondlane reconhecesse, a partir de 1968, que a Frelimo se “aproximava” do marxismo-leninismo. Quer isto dizer que E. Mondlane teria tido a mesma atitude que Amílcar Cabral, que sempre negou definir o PAIGC como marxista, posição que os dirigentes ulteriores respeitaram. Do mesmo modo o MLSTP de São Tomé não se valeu do marxismo. Ora isso não mudou nada quanto ao *modelo político estabelecido*: o mesmo paternalismo autoritário para com a sociedade camponesa e o movimento social; um partido único, organizações de massa enfeudadas no partido, repressão violenta de toda a dissidência, ausência de liberdade de imprensa, etc. – todas as consequências da fusão partido-Estado justificada pelo “processo de produção da nação” oposto à diversidade africana. Contrariamente à história dos comunismos do Terceiro Mundo, na qual o marxismo é um fundamento *identitário* (partidos comunistas cubano, vietnamita, etc.), o marxismo adoptado mais ou menos pelos partidos da CONCP é *instrumental*, é uma ferramenta para exprimir um nacionalismo modernista. Que ele seja adoptado oficialmente (MPLA, Frelimo) ou não (PAIGC, MLSTP), o importante é a *nação imaginada*: homogénea (um só povo, sem etnias), moderna (fim do campesinato de habitat disperso, grandes empresas e cidades rurais, repressão do “obscurantismo”), monolíngüística (o português), integrada (partido único como crisol da nação). A adopção do marxismo é contextual para exprimir esse nacionalismo, mas esse nacionalismo corresponde ao

<sup>34</sup> Fiz uma análie pormenorizada destas questões em “État et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant”, *Politique africaine* (Paris, Karthala), 19, Setembro de 1985, 36-60.

habitus da micro-elite urbana (muitas vezes, mas nem sempre, *assimilada* ou *crioula*), com empregos terciários e burocráticos e sem muitas raízes “tradicionais”, produzida no seio da cidade colonial ordenada dos finais dos anos 1950. Também não se trata directamente da cor da pele ou de etnias, mas de trajectórias sociais e de habitus, em que cor da pele e etnicidade são factores entre outros.

Em resumo, não é o “marxismo”, presente desde o início e adoptado oficialmente em 1977, que provoca a implementação da estrutura política de partido único, partido-Estado e partido-nação. É o *imaginário nacional e social* da micro-elite, produto da colonização portuguesa tardia, e socialmente burocrática, que exige este tipo de estruturação política. *Em seguida*, no contexto político internacional e português dos anos 1960-70, esta elite pode legitimar este imaginário com um discurso marxista estalinizado. O “marxismo” não é causa, mas resultado e a Frelimo nunca se tornou um partido comunista.

Seja como for, durante estas lutas iniciais, Uria Simango esteve infalivelmente do lado de Eduardo Mondlane. E pode pensar-se que não foi apenas por concessão, vontade de unidade, etc., mas porque Uria Simango e Eduardo Mondlane tinham, eles também, trajectórias “modernas” e um imaginário nacional e social compatíveis.

## Mondlane/Simango, o encontro falhado?

O quarto capítulo (“Um olhar às relações Mondlane/Simango”: 131-191) trata das relações entre Eduardo Mondlane e Uria Simango. BLN começa por contestar, com razão, o mito oficial sobre a eleição quase natural de Eduardo Mondlane como presidente da Frente. Segundo este mito, esta escolha teria sido quase evidente tendo em conta o facto de que Mondlane era um intelectual conhecido e prestigiado em Moçambique, em virtude dos seus títulos académicos, nos finais dos anos 1950 e nos começos dos anos 1960. Ora, não é nada disso: ele era conhecido na sua região, nas suas redes “suíças”<sup>35</sup>, no “seu” Moçambique (p. 132). Kamba Simango era muitíssimo mais conhecido em Manica e Sofala e, se Mondlane foi conhecido lá, mais tarde, foi através de Uria Simango; o mesmo se diga de certos militantes associativos da velha elite zambeziana em Quelimane; ou ainda de Lázaro N’Kavandame em Mueda, etc. A respeito destes notáveis, como para o resto, Moçambique não era um espaço nacional, mas uma área de compartimentos autónomos. Mesmo a direcção da MANU, em Dar es-Salaam, ignorava tudo acerca de Mondlane<sup>36</sup>. BLN ainda tem razão quando sublinha que, pouco tempo depois do seu regresso definitivo dos Estados Unidos, Eduardo Mondlane

ver-se-ia rodeado por um grupo de alguns indivíduos da etnia tsonga que, na sua maioria, não haviam participado na fundação da Frelimo, e nem pertenceram a nenhum dos três movimentos precursores do movimento. (p. 133)

Poderíamos ainda segui-lo quando escreve:

35 O papel da Missão suíça e do canto de Vaud no despertar do anticolonialismo em Moçambique foi amplamente sublinhado. Ver particularmente Teresa Cruz e SILVA, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974)*, Basileia (Suíça), P. Schlettwein Publishing, 2001, 210 p.

36 Pode consultar, em Lisboa (arquivos da PIDE), a acta, feita pelo presidente da MANU, da reunião de 25 de Junho de 1962, em que Eduardo Mondlane é “eleito” presidente. Este último é chamado “Dr. Eduarto” [sic], sem mais precisão.

Entendiam os componentes desse grupo que apenas uma aliança com Eduardo Mondlane catapultá-los-ia ao órgão decisório da organização, dado que, para além de presidente do movimento, Mondlane era igualmente natural do sul de Moçambique e, culturalmente, da etnia tsonga. (p. 134)

Mas o que é que ele quer dizer, quando escreve:

Apesar da queda de Mabunda, Gumane e Munguambe ter sido um choque imprevisível para Mondlane, a posterior e gradual aparição (entre 1963 e 1965) de indivíduos oriundos do sul de Moçambique no movimento veio reanimar as aspirações do antropólogo [i.e., E. Mondlane] de impor um “nacionalismo elitista” ditado pelo sul no seio da Frelimo. Em encontros privados com alguns desses recém-chegados, Mondlane [...] passou a dar mais importância aos conselhos desse grupo, tornando mais relevantes as decisões tomadas em confidências na sua casa em Oister Bay do que as decisões do Comité central. [...] o presidente se cercava por manipuladores de consciência tribal sulista e, gradualmente, ia sofrendo uma enorme influência desses indivíduos. (pp. 134-135 e 137<sup>37</sup>)

A chegada crescente, mas tardia, de gente do “Sul” a Dar es-Salaam é um facto histórico. Mas não se lhe pode atribuir uma significação que ela não tem. BLN tem toda a razão em contestar a versão oficial da formação da Frelimo por uma fusão tranquila e entusiasta de três movimentos “regionalistas” que, unindo-se, teriam assim criado o “nacionalismo” moderno. As coisas foram muito mais complicadas. Na realidade, a Frelimo surgiu não tanto como o produto de (pequenas) formações preexistentes, cuja base social era formada por trabalhadores emigrados no Tanganhica, em Zanzibar, no Quênia, na Rodésia do Sul e na Niassalândia e maioritariamente oriundos do Norte e Centro do país, mas principalmente como gênese de uma nova formação unindo, sem continuidade organizacional<sup>38</sup> e sob forte apoio americano-tanzaniano, uma parte desta antiga base social emigrada<sup>39</sup>, recém-chegados e enfim, cada vez mais, dos recrutamentos em Moçambique. Por causa da própria compartimentação do espaço provocada pelas colonizações portuguesa e britânica, é perfeitamente compreensível que os núcleos muito pequenos de activistas políticos, desde 1957, presentes em Dar es-Salaam, tenham primeiro sido formados por pessoas oriundas do Norte e do Centro do país. Estes núcleos representavam no entanto um número absoluto de quadros extremamente fraco<sup>40</sup>. Ora,

37 Os testemunhos citados por BLN para sustentar esta visão das coisas são, particularmente, de José Massinga e Miguel Murrupa.

38 A UNAMI nunca se dissolveu, a MANU manteve uma existência oficial no Quênia, a ZMANU (em Zanzibar) recusou no início juntar-se à Frelimo, A. Gwambe reconstituiu a sua UDENAMO, a MAA (*Mozambique African Association*, muito mais numerosa do que a MANU e que tinha recusado juntar-se a ela) permaneceu fiel à UDENAMO... BLN lembrou, precisamente no capítulo 3, que, dos vinte membros do Comité Central eleitos em Setembro de 1962, apenas seis ainda eram membros da Frelimo no dia 25 de Setembro de 1964 (Eduardo Mondlane, Uria Simango, Marcelino dos Santos, Silvério Nungo, Filipe Magaia e Lourença Mutaca (p. 113).

39 Parece que, pelo menos a partir de 1963, a base maconde da MAA, que, recusando a entrada na MANU, tinha aderido à UDENAMO, passa à Frelimo; a ZMANU faz o mesmo, apenas os núcleos quenianos mantendo uma MANU enfraquecida mas não moribunda. Acerca deste aspecto, pode consultar-se a obra de João M. CABRITA, *op. cit.*, e o artigo de M. CAHEN, “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress”, *Africana Studia* (Porto, CEAUP), 2 Nov. 1999 (publicação em Maio 2000): 29-46.

40 BLN tenta provar o contrário nas páginas 147-150 da obra, indicando que na “Frelimo de 1963 a 1969, a presença de indivíduos com habilitações literárias acima do quinto ano dos liceus era maioritária nos indivíduos oriundos do centro de Moçambique”, enquanto “os restantes indivíduos oriundos do Sul, na sua maioria, não possuíam para além do terceiro ano liceal (correspondente à oitava classe actual). [...] na Frelimo daquela época os originários do centro, com destaque para a província da Zambézia, possuíam melhores habilitações académicas do que a maioria dos que eram provenientes de outras zonas do país. [...] Os restantes indivíduos da ala regionalista sul [...] não eram superiores literalmente a outros moçambicanos do centro e norte” (pp. 147-148). E conclui: “... a profundidade do problema [...] jamais poderá ser atribuída a desequilíbrios protagonizados pela colonização portuguesa a favor do Sul, mas sim à tomada de consciência de inferioridade [sublinhado do autor], tanto numérica como literária [dos

a repressão crescente em Lourenço Marques provocava a partida sucessiva de uma nova geração de jovens, tendo muitas vezes uma formação secundária e até superior. Não se tratava de uma conspiração sulista, mas simplesmente de uma nova vaga migratória. Que estes últimos, imbuídos da sua experiência da grande cidade, da sua formação escolar, da sua modernidade e do seu orgulho changane (tsonga), tenham facilmente caído na arrogância para com Ndaus, outrora vencidos por Ngungunhana, ou para com Macuas, Senas, Yaos, etc., é perfeitamente plausível, até provável. Que Eduardo Mondlane tenha mais facilmente ouvido, mesmo inconscientemente, gente da sua região do que do resto de Moçambique é ainda perfeitamente plausível. *Mas trata-se sempre de habitus, e não de uma política tribalista estabelecida.*

De resto, evidentemente, BLN não utiliza os mesmos critérios para explicar as demissões de Mabunda, Gumane, Munguambe, todos gente do Sul; e também não pode utilizá-los para explicar a aliança da jovem geração maconde (extremo norte), e no início do próprio Lázaro N’Kavandame<sup>41</sup>, com Eduardo Mondlane. A questão étnica é importante, mas não é a única chave de compreensão; ela *entra* na composição de um *conjunto* de factores socioculturais. Pelas mesmas razões – e BLN não o esconde –, não era fácil para um africano aceitar dentro da frente militantes brancos (ou mestiços), ou a mulher americana de Eduardo Mondlane, constantemente acusada de ser o braço da CIA... (p. 140). Enfim, é evidente que este tipo de tensões sociopolíticas era um terreno fértil para as mais variadas infiltrações (PIDE, CIA, Aginter-Press, etc.).

O que é certo (cf. nota 37) é que a Frelimo sempre se recusou a discutir as questões relativas aos desequilíbrios étnicos, pois estes aspectos da vida social eram relegados para a categoria do “feudalismo”, do “tribalismo” ou do “obscurantismo”. O paradigma da modernização autoritária para a criação rápida de uma nação homogénea de tipo europeu e jacobino, levado a cabo por uma elite urbanizada, principalmente oriunda do Sul, não podia aceitar elevar à categoria de questões políticas e sociais *pertinentes* este tipo de “primitivismo”. Portanto, o problema político era resolvido, mas não era aquele da conspiração étnica denunciada por BLN: era aquele da impossibilidade de unificar trajectórias socioculturais tão diferentes (inclusive étnicas) num quadro antidemocrático.

## Derrapagens metodológicas e mortes suspeitas

Isso leva BLN, nas páginas seguintes, a derrapagens em que a carência de metodologia crítica das fontes é evidente. Assim, depois de ter dito que os moçambicanos do Centro e do Norte do país eram mais formados e diplomados do que aqueles do Sul – o que, com todo o rigor, pode admitir-se em termos relativos mas certamente não em termos absolutos (cf. nota 40) –, ele *acusa* a direcção da Frelimo de lhes ter concedido muitas bolsas de estudo no estrangeiro com um objectivo discriminatório:

---

sulistas]” (p. 150). Claramente conscientes da sua fraqueza numérica e escolar, os “sulistas” ter-se-iam organizado para tomar o poder. Ora BLN confunde com toda a evidência (tendo em conta os dados que ele próprio apresenta) valores proporcionais e absolutos. É perfeitamente possível que, proporcionalmente ao seu número, os zambezianos tenham tido mais diplomados do que os “sulistas”; mas, com o número crescente de “sulistas”, não é menos evidente que o número absoluto entre estes com um nível de “quinto ano” era, no seio da Frelimo, maior do que aqueles de Quelimane. E isso é produto de desequilíbrios com origens na colonização portuguesa. De resto, isso não diminui o problema político, mas coloca-o de uma forma diferente: com efeito a Frelimo sempre se recusou a fazer uma reflexão sobre os efeitos desses desequilíbrios históricos, que ela, deste modo, reproduziu totalmente.

<sup>41</sup> L. N’Kavandame era um empresário maconde moderno, formado em Tanganhica. A sua oposição à colonização portuguesa foi progressiva, quando compreendeu que nunca poderia realizar em Moçambique o que tinha conseguido fazer sob o capitalismo colonial britânico. Foi à Frelimo que aderiu em 1963, apesar de a única chave de explicação pela etnicidade o dever empurrar para a MANU ou mesmo a Udenamo (que ainda incluía alguns dirigentes da MAA).

Segundo uma das fontes consultadas, longe de estar imbuído de boas intenções, as bolsas de estudo que a presidência da Frelimo e a directora do Instituto Moçambicano se esforçavam em conseguir para a maioria dos jovens do centro e norte do país encerravam em si uma estratégia visando desembaraçar-se das possíveis sombras na gestão efectiva da organização. (p. 150)

Ora, leu-se bem: “Segundo uma das fontes consultadas...”, tal era o objectivo. Na qualidade de hipótese, esta opinião é portanto admissível, mas é ela, por essa razão, o reflexo da realidade? Em ciências sociais e particularmente em história, a metodologia implica o cruzamento de fontes diferentes. Ora, BLN continua a defender a mesma tese nas páginas seguintes, indicando que os jovens do Centro e do Norte aceitaram tanto mais as bolsas no estrangeiro depois de

a morte do [...] Sigauke<sup>42</sup> e, posteriormente, a de Filipe Magaia. As mortes desses dois quadros da Frelimo e de outros que sistematicamente e de forma estranha se seguiram, causaram uma profunda desconfiança no seio do movimento. (p. 152)

o que provocou as saídas. Temos aqui duas séries de factos – as atribuições de bolsas e as mortes de Sigauke e Magaia – postas em relação por BLN, por dedução mas sem a sombra das fontes: as circunstâncias da morte dos dois quadros militares na verdade nunca foram esclarecidas de maneira satisfatória, mas isso não é uma prova de que eles tenham sido assassinados por uma facção da Frelimo. Enfim, estas mortes têm portanto, talvez, mas não necessariamente, uma relação com outras que “sistematicamente e de forma estranha se seguiram”, se é verdade que estas outras mortes duvidosas foram comprovadas, pois BLN não dá detalhes e não cita fontes<sup>43</sup>.

Ora, podemos emitir outras hipóteses: numa Frente efectivamente atravessada por tensões sócio-étnicas, no seio da qual não reinava nenhuma democracia e onde esta questão era tabu, certos acontecimentos podem ser interpretados de qualquer maneira por esta ou aquela sensibilidade: isso não faz deles verdades históricas, mas pode simplesmente sublinhar que a guerrilha era também um mundo de rumores. Uma outra derrapagem típica, de um ponto de vista metodológico, produz-se quando BLN “cita” Mondlane:

‘Deixem-nos [os do Centro e do Norte] ir estudar. Vocês [do Sul] peguem em armas e imponham-se no terreno. Quando eles regressarem vocês já terão o povo do nosso lado e serão os dirigentes do país. Eles serão os técnicos e quadros com diplomas, é verdade, mas trabalharão sob as vossas ordens. É assim que se faz política e se conquista o poder meus irmãos’ – dizia Mondlane. (p. 152)

Segundo BLN, eis aqui, portanto, uma tática “expressa” o mais claramente possível por “E. Mondlane”. Ora, não se trata de maneira nenhuma de Mondlane, mas de uma testemunha anónima interrogada em 1999 por BLN, que conta quarenta anos mais tarde o que Mondlane lhe teria dito, ou mesmo que “sintetiza” o que Mondlane devia, na sua opinião, ter pensado naquele momento e que ele encena... Um testemunho secundário é posto aqui ao mesmo nível de um testemunho primário.

42 Segundo uma fonte anónima citada por BLN, Jaime Rivaz Sigauke tinha várias vezes alertado para o perigo de não haver suficientes quadros oriundos do Norte e do Centro nas fileiras da guerrilha e da sua direcção (p. 151 e nota 225).

43 Nas pp. 163-164, BLN dá alguns exemplos, sem que a fonte apareça claramente.

## A morte de Filipe Samuel Magaia

A seguir, a obra procura demonstrar que Filipe S. Magaia, primeiro comandante militar da Frelimo, foi morto por ordem de uma facção da direcção, com ou sem a cumplicidade de E. Mondlane. Magaia teria acusado este de não dar um apoio suficiente ao lançamento, e depois ao alargamento, da guerrilha [p. 155, não há menção da fonte]. Em 1965 e início de 1966, Mondlane teria abraçado o projecto de o substituir no comando do Departamento da Segurança e da Defesa por Samora Machel, na altura comandante do campo de Nachingweia [p. 155, fonte mencionada secundária<sup>44</sup>]; Uria Simango ter-se-ia oposto à ideia, surpreendendo-se com o facto de, na qualidade de vice-presidente da Frelimo, ouvir pela primeira vez que existia um problema Magaia apenas no dia em que propunham a sua demissão [página e fonte: *idem*]. Magaia teria tentado alertar Eduardo Mondlane directamente, avisando-o de manobras etnicistas que se desenvolviam no seio da Frente, mas talvez sem o seu conhecimento [p. 156, fonte: *idem*]; contudo, Mondlane já teria tomado o partido dos “sulistas” e de um nacionalismo elitista cujas reuniões da direcção eram preparadas na sua casa em pequenos comités [p. 157, fonte: *idem*]. Ora, Magaia é um nome do Sul; o seu pai era ronga, a sua mãe chuabo (ou lomwé) e ele tinha vivido durante muito tempo na Beira, aderindo à Udenamo na Rodésia do Sul e depois em Dar es-Salaam na companhia de Silvério Nungu. Todos estes factos são *possíveis*, mas as suas fontes, vê-se, são frágeis. Isso acontece muitas vezes em história: a metodologia incita então à prudência. Ora, BLN conclui a demonstração dizendo: “Esta seria a causa primeira que ditaria a morte de Magaia e deve ser analisada no contexto de lealdade étnica, um factor intrínseco no ser humano” (p. 157). A vontade (suposta) de Mondlane de demitir Magaia das suas funções torna-se a causa (certa) da sua morte (sejam quais forem os seus comanditários). A derrapagem é evidente.

Além disso, BLN explica-a por uma visão primordialista da etnicidade – o “factor intrínseco ao ser humano”, subentendido: o sangue changane (isto é, Mondlane). Pelo seu “sangue”, Mondlane seria, no fim de contas, necessariamente solidário com o sangue changane de... Samora Machel. A etnicidade, assim, não é mais uma variável sociocultural susceptível de evolução e de cruzamentos com outras identidades, mas um dado natural e exclusivo do indivíduo.

Seja como for, duas coisas deveriam ser bem distinguidas: uma possível vontade de Eduardo Mondlane de demitir F. Magaia da direcção do DSD e de o substituir por S. Machel; e as circunstâncias da morte de F. Magaia. Estabelecer uma ligação de causalidade entre as duas coisas exige dispor de fontes sólidas.

A seguir, BLN dedica todo um parágrafo à existência de um partido secreto (ou facção clandestina no seio da Frelimo), denominado *Mozambique Revolutionary United People's Party* (MRUPP). Este partido devia ser muito secreto, pois, em dez anos de pesquisa nos arquivos da PIDE em Lisboa, nunca o encontrei. A sigla inglesa MRUPP é muito impressionante e não se compreende por que motivo algum dos seus dirigentes (todos citados por BLN) proporia uma tal designação. A fonte mencionada é secundária, pois trata-se de um artigo de Benedito Tomás Muianga, publicado no semanário *Savana* em 1995. BLN reproduziu quase textualmente, sem nenhuma distância crítica, largos extractos desse artigo. Vale a pena portanto ir directamente à “fonte”:

44 A saber, “AS”, fonte anónima interrogada por BLN em 1987, citando ela própria Fernando Mungaka.

[O MRUPP] tinha a particularidade de ser constituído praticamente por moçambicanos do Centro e Norte do País. Filipe Samuel Magaia era comandante-em-chefe das forças do MRUPP. Magaia era tido entre seus corregionários e combatentes não como “sulista”, como o seu apelido o identificava, mas lómwè, por virtude de ser matrilinear a sociedade a que sua mãe pertencia. Raul Casal Ribeiro, de origem lómwè-sena, servia como adjunto de Magaia, aliás como no seio da Frelimo. A pasta das relações exteriores estava nas mãos de Jaime Rivaz Sigauke, um ndau, sendo coadjuvado por Mariano de Araújo Matsinhe, de origem ronga-nyungwe. Júlio Razão Nihia, outro lómwè, estava à testa das relações internas, secundado por Samuel Dhlakama, um ndau. Na pasta da organização encontrava-se o sena Vasco Campira Momboya. O maconde Lázaro N’Kavandame detinha o cargo de conselheiro. O MRUPP pretendia chamar a si a exclusividade da liderança da luta armada. [Esta cisão era] difícil de digerir por Mondlane e seus aliados. Acredita-se que a existência do movimento dissidente poderá ter chegado ao conhecimento da ala política ou através de Mariano Matsinhe ou por via do governo tanzaniano cujos funcionários da defesa e segurança mantinham estritos laços com o MRUPP. [...] A solução encontrada [pela ala civil] seria assumir a liderança efectiva das forças armadas.<sup>45</sup>

Daí a decisão de matar Filipe Magaia... E BLN não faz menos do que concluir, com base apenas no artigo de Muianga: “De facto, o MRUPP não vingaria apenas porque Magaia foi assassinado e imediatamente foi substituído por Samora Machel” (p. 160). Ora, as fontes de B. T. Muianga são extremamente frágeis: um testemunho recolhido na Rodésia do Sul em 1978 sobre a existência do MRUPP<sup>46</sup>; um testemunho, além disso indirecto, recolhido em Nairobi em 1982, sobre as circunstâncias da morte de Filipe Samuel Magaia<sup>47</sup>. E é tudo. Sobre questões (e acusações) tão graves, está-se aqui no cume da imprudência metodológica.

Em primeiro lugar, a lista dos “dirigentes” do dito MRUPP é inverosímil – nela só falta Uria Simango<sup>48</sup> – e cheira muito a reconstituição *a posteriori*<sup>49</sup>. Ver numa mesma organização, supostamente ultraclandestina e disciplinada – de resto mais um comité conspirativo –, pessoas com vivências, residências e trajectórias tão diferentes como L. N’Kavandame, S. Dhlakama ou F. Magaia, é altamente improvável. Em segundo lugar, ver a segurança tanzaniana apoiar tecnicamente uma facção secreta contra Mondlane<sup>50</sup>, quando organizou metodicamente a eleição deste último para a cúpula da Frelimo e sempre o apoiou aquando das crises consecutivas (1962-1965), é incompreensível. No entanto, é verdade que havia lutas no seio do poder tanzaniano, e delas até se falou em 1969 como uma das causas que enfraqueceram a protecção de Eduardo Mondlane e favoreceram o seu assassinato. Por conseguinte, não é completamente impossível que

45 B. T. MUIANGA, “Sobre o assassinato de Filipe Samuel Magaia”, *Savana*, 6 de Outubro de 1995: 6. Estranhamente, nem na nota de rodapé n.º 238, p. 157, citando este autor, nem na bibliografia final (p. 458), BLN dá o título do artigo. Que versão ele consultou?

46 Trata-se de Fabião Massavanhane.

47 Trata-se do representante da Frelimo em Songwa (Tanzânia), Manuel Lisboa Tristão.

48 João M. Cabrita incluí U. Simango como dirigente nacional do MRUPP (*op. cit.*: 47).

49 Não acuso ninguém de mentir: a reconstituição *a posteriori* pode ser feita de boa-fé por uma testemunha, provavelmente distanciada do verdadeiro teatro dos acontecimentos e que é ela própria apenas uma fonte secundária. Não se sabe de nada, com efeito, dessa testemunha (Muianga nada diz a seu respeito e não se sabe se ela faz parte das fontes orais anónimas de BLN: foi um próximo de Magaia naqueles anos? Um guerrilheiro? Qual foi o seu percurso ulterior? Porque reside na Rodésia? Quais são os seus meios de subsistência?), nem das condições da realização da entrevista (um moçambicano residindo na Rodésia, sob o nome de Ian Smith, estava em condições de falar livremente, e pelo menos “historicamente”, em 1978, da história da Frelimo?).

50 Acautelemo-nos com efeito de refazer a história em função do que se produziu depois: naquele momento (1963-1965), não se trata de lutar contra Samora Machel, mas contra o próprio Eduardo Mondlane.

um sector da segurança tanzaniana tenha *imaginado* criar uma facção secreta no seio da Frelimo, a que teria dado o “nome de código” de MRUPP (explicando-se assim o uso do inglês), e que tenha *pensado* numa lista de pessoas a *recrutar* (a saber os “dirigentes” citados por Muianga com base em testemunho indirecto de Massavanhane). Também é possível (as datas concordariam) que se trate de uma designação anglófona do Coseru, a saber o Comité Secreto de Reorganização da Udenamo, um dos múltiplos pequenos grupos, até mesmo simples “siglas”, criados depois de 1962 por Adelino Gwambe que, na sua confusão, podia ter tecido laços com o dito sector da segurança tanzaniana<sup>51</sup>. Mas fica-se aqui sempre numa versão conspiratória, senão policial, da história, que não fornece nenhuma explicação satisfatória das tensões entre a base guerrilheira e a elite política. Este tipo de tensão é muito clássico em todos os movimentos de guerrilha e político-militares<sup>52</sup>, e importa fazer a sua história social e política: a multiplicação das “histórias de vida” por recolher junto dos antigos combatentes, sejam quais forem as suas actuais filiações partidárias, poderia permitir fazer a aproximação dessa história e recortar minuciosamente as fontes. De resto, após ter descrito a existência do MRUPP, BLN nada mais diz a seu respeito: nem quando teria sido criado, nem o que teria feito... Outro espanto: a morte de Filipe Magaia, que é contada no artigo de Muianga<sup>53</sup>, não o é na obra de BLN. Mais exactamente, dela só se apanham fragmentos através da exposição sobre a tentativa de Uria Simango de instalar uma comissão de inquérito, portanto enquanto elemento da polémica Mondlane/Simango, mas sem uma tentativa minuciosa de reconstituição dos factos. Mondlane teria imediatamente proposto substituir Magaia por Machel (p. 160<sup>54</sup>), ao que Simango teria contraproposto que a direcção do DSD fosse interinamente assumida pela Presidência, enquanto se esperava pela próxima reunião do Comité Central:

Perante os rumores que já pairavam sobre as circunstâncias da morte do comandante, contra a informação inicialmente veiculada pela Frelimo em Dar es-Salaam, Mondlane decide-se por contar a verdade a Simango e informa-o de que Magaia havia sido assassinado e não morto em combate como se estava anunciando. O assassino, Lourenço Matola, já estava preso para que fosse o próprio povo moçambicano a julgá-lo depois de alcançada a independência do país! Aparentemente, Simango concordou. (p. 160<sup>55</sup>)

Mas como morreu então F. Magaia? Os factos “brutos”, além de algumas matizes, parecem não muito contestados e são contados por Muianga:

... Magaia parte de Songwea em direcção ao rio Rovuma no dia 9 de Outubro de 1966. Dois dias depois, já no Niassa, e quando se havia posto o sol, Magaia decide interromper a marcha na zona de Caluloma. Por uma simples questão de segurança, e tal como vinha fazendo desde o início da marcha, Magaia utiliza a sua lanterna

51 É mesmo possível que Coseru (para Gwambe) e MRUPP (para um sector da segurança tanzaniana) sejam uma única e mesma coisa e, mais exactamente, um único e mesmo projecto, com a mesma lista de pessoas previstas para nele entrar.

52 Aponta-se o mesmo tipo de tensões como uma das causas da morte de Amílcar Cabral; muitos dirigentes militares do Partido Comunista francês durante a Resistência foram em seguida marginalizados pelos estalinistas regressados de Moscovo e até mesmo mortos.

53 B. T. MUIANGA, “Sobre o assassinato...”, *op. cit.*

54 Não há menção da fonte, a não ser “AS” (citado ulteriormente, na nota 244).

55 Fonte mencionada: “AS”, Maputo, 20 de Março de 1997, entrevista com o autor. Não se sabe se é uma testemunha directa, ou se continua a repercutir o que Fernando Mungaka lhe tinha dito anteriormente.

peçoal para alertar os combatentes na dianteira da coluna de que deviam parar. Colocada à altura da cintura, a lanterna foi ligada e desligada intermitentemente. Próximo de Magaia, encontrava-se Lourenço Matola, que, ao notar o acender e apagar da lanterna, dispara à queima-roupa na direcção da luz. O tiro de pistola atingiu a fivela metálica do cinto de Magaia, perfurando-a, indo depois alojar-se no baixo ventre do comandante da guerrilha.<sup>56</sup>

Uma outra versão circulou, segundo a qual o mesmo Matola teria acidentalmente deflagrado uma granada. Pouco importa. Mas a derrapagem na narrativa aparece muito rapidamente<sup>57</sup>. Com efeito, Lourenço Matola “acabou por confessar que fora ele quem disparara de acordo com instruções recebidas em Nachingwea”. Mas de onde vem a importantíssima informação de que L. Matola teria confessado a identidade do seu comandatário? A quem exactamente ele teria dito isso? Nem Muianga, nem BLN o indicam. A Casal Ribeiro, que toma o comando da coluna? Este último, ainda que estivesse a uma distância de centenas de metros, não precisa de confissões, pois o seu mini-inquérito imediato explicou-lhe o que se passou. João M. Cabrita indica que foi a Manuel Lisboa Tristão, representante da Frelimo em Songwea (para onde a coluna voltou de seguida à morte de Magaia), e que L. Matola teria agido com a cumplicidade de pelo menos duas outras pessoas<sup>58</sup>.

*Nada de tudo isso é impossível, mas uma convicção não faz um acontecimento comprovado.* Portanto, a única fonte é M. Lisboa Tristão, exilado no Quênia há muitos anos, na sequência da sua dissidência da Frelimo – não tendo admitido a nomeação de S. Machel para a direcção do DSD que, hierarquicamente, devia caber a Raul Casal Ribeiro. O próprio Lourenço Matola, residente no mesmo país (Quênia), nunca foi directamente ouvido. Ora, tudo isso é realmente muito espantoso...

Supor que um sector da direcção de uma frente de libertação (com ou sem a cumplicidade do seu Presidente) tenha planificado o assassinato do comandante-em-chefe da sua guerrilha não tem nada de metodologicamente inadmissível – infelizmente há outros exemplos! Mas então é preciso tirar consequências disso: isso significa um grau de criminalização da dita direcção de tal modo avançado que esta direcção terá evidentemente decidido fazer também desaparecer os... executantes<sup>59</sup>. É praticamente *impossível* que a dita direcção tivesse deixado vivo Lourenço Matola se ele tivesse agido sob ordem<sup>60</sup>! Enfim, isso significa que o próprio Eduardo Mondlane, informado acerca da conspiração, ou dela fazia parte desde o início (o que nenhum autor afirma) ou dela tomou consciência mas não fez absolutamente nada e mesmo assim nomeou Machel em nome da changaneidade<sup>61</sup>? Supondo a pertinência desta hipótese sobre a “etnocriminalização” do

56 B. T. MUIANGA, “Sobre o assassinato...”, *op. cit.*

57 Note-se que, na sua obra citada no início deste artigo, João M. Cabrita retoma exactamente as mesmas teses, com as mesmas fontes frágeis (cf. pp. 46-50).

58 Não se vê muito bem a utilidade desta cumplicidade para este tipo de assassinato: em geral, quanto menos gente estiver informada, melhor é para o comandatário! J. M. CABRITA (*op. cit.*: 47-48), diversas entrevistas ou correspondências com M. Lisboa Tristão, estabelecido no Quênia, entre 1982 e 1989, na sequência da sua dissidência da Frelimo.

59 Lembremo-nos de que, aquando do assassinato do Presidente americano Kennedy, o seu assassino foi imediatamente... assassinado, e o assassino do assassinado foi igualmente assassinado!

60 Lourenço Matola morreu na sequência de um acidente de viação em Nairobi – o que pode sempre levantar uma suspeita – mas somente em 1991! A Renamo teria tido o tempo de o recrutar, ou o Snap de o liquidar. E supondo (hipótese altamente improvável) que o comandatário do assassinato de F. S. Magaia tenha decidido deixar L. Matola vivo, ele tê-lo-ia então fortemente enquadrado, empregando-o por exemplo nos serviços especiais ou obrigando-o a fazer outros trabalhos sujos para o “segurar”. Ora, L. Matola foi rapidamente solto e continuou uma vida civil normal.

61 É o que Muianga sugere: Casal Ribeiro, “[na] sua oração fúnebre, relata pormenorizadamente como havia morrido o chefe do DDS. Mondlane é descrito como tendo ficado chocado com o que acabara de ouvir, pois não imaginava que o consentimento

próprio Mondlane, ele teria feito tudo no sentido de liquidar L. Matola e não de o soltar! Mas reconhecamo-lo: eu também não tenho fonte para sustentar o meu raciocínio. Pelo menos, tento ser coerente.

De facto, não se sabe exactamente o que E. Mondlane diz a U. Simango, a propósito da morte de F. Magaia. No entanto uma coisa é certa: oficialmente, a Frelimo anuncia que Magaia morreu em combate. Mas isso releva da evidência: nas condições de uma guerrilha, uma frente de libertação nunca admitiria que o seu comandante-em-chefe fora morto na sequência de uma gafe estúpida<sup>62</sup> de um dos seus homens! De resto, Magaia foi sim morto *em serviço e ao serviço do combate*. Mais uma vez, numa organização onde não reinava nenhuma democracia, a distância entre a versão oficial e o facto bruto, trágico, lamentável que acaba por se saber, leva a todas as especulações. O secretismo produzido pela própria estrutura ditatorial da Frente agrava o fenómeno do rumor. Mesmo assim, devemos nós, historiadores, deduzir do facto que a versão oficial é falsa para concluir logo que Magaia foi assassinado pelo comando de Nachingweia?

BLN interpreta do mesmo modo, subjectivamente, o que Mondlane, vimos, teria dito a Simango, a saber que “Magaia havia sido assassinado e não morto em combate como se estava anunciando. O assassino [era] Lourenço Matola”. Literalmente, esta frase pode ser justa, mas vê-se bem que o que Mondlane admite é que Magaia não morreu em combate: morreu pela mão de um dos seus homens. Em seguida, foi “morto” ou foi “assassinado”? BLN escreve “assassinado”, mas isso nem sequer está dentro da citação da única e indirecta testemunha (Lisboa Tristão), mas no corpo do texto: é a *convicção* de BLN, não são as fontes<sup>63</sup>.

Quanto à libertação rápida de Lourenço Matola, por estranho que pareça, BLN dá ele próprio a explicação do facto: não só o drama se tinha passado fora da Tanzânia, como também ninguém apresentou uma queixa (p. 161). Formada à maneira inglesa, a polícia tanzaniana só podia soltá-lo. Portanto, na página seguinte, BLN escreve, citando uma fonte anónima, que Matola fora solto “a pedido da Frelimo”<sup>64</sup>. Ora, interpretação por interpretação, uma outra hipótese é plausível: devendo-se a morte de Magaia a um acidente trágico, a direcção da Frelimo efectivamente fez tudo para evitar um processo que, nas condições da guerrilha, provocaria inevitavelmente rumores e divisões perigosas.

---

dado para se afastar Magaia da direcção do DDS significasse eliminá-lo fisicamente. Todavia, Mondlane cumpriu o que já vinha delineado de Dar es-Salaam [e] informa aos presentes que Samora Machel passaria a chefiar o DDS”.

62 Uma palavra sobre pormenores realmente muito precisos dados por Muianga: quando a fonte é indirecta (M. Lisboa Tristão), como se pode estar realmente tão seguro da posição física de Matola em relação a Magaia, tanto mais que era noite? Estava ele “próximo” ou “junto”? A narrativa de Muianga diz as duas coisas na mesma frase para o mesmo instante e o mesmo homem: “*Próximo de Magaia, encontrava-se Matola que [...] dispara à queima-roupa na direcção da luz*” [itálicos meus]. A interpretação subjectiva de um dado está aqui evidente na narrativa.

63 Uma outra convicção, ou reconstrução ulterior da história, está patente quando Muianga, citando provavelmente de uma forma indirecta Lisboa Tristão, diz, a propósito dos dois emissários enviados à frente da coluna por Casal Ribeiro para avisar a Frelimo em Songwea: “Os emissários, ao se avistarem com Tristão, informaram-no de que Magaia havia morrido numa emboscada montada pelo exército colonial. *Os dois revelam, assim, estarem envolvidos na conspiração, embora disso não se aperceba de imediato, Lisboa Tristão*. Este comunica o acontecido a Dar es-Salaam” [itálico meu]. Vê-se portanto que é somente mais tarde, quando os rumores já correm (antes, ou depois da sua dissidência da Frelimo?), que Lisboa Tristão deduz que houve conspiração: ora, a atitude dos dois enviados pode ser interpretada de maneira diferente. Sem dúvida que obedeceram simplesmente a Casal Ribeiro, o qual, sabendo que haveria um inquérito oficial, lhes dá ordem de transmitir uma “versão provisória”. Não se percebe o interesse que os dois emissários teriam em dar uma versão falsa, uma vez que o novo chefe da coluna e adjunto de Magaia na direcção do DSD, Casal Ribeiro, iria chegar horas mais tarde e informar L. Tristão... Depois da chegada de Casal Ribeiro, ou Lisboa Tristão teria recebido apenas a versão falsa (mas então teria sido confidencialmente informado do acidente). Neste caso, não teria de se espantar pelo facto de os emissários terem transmitido a versão falsa, pois saberia que estes tinham agido sob as ordens de Casal Ribeiro. A ser assim, seria portanto mais tarde (e não somente “não de imediato”) que ele teria construído outras deduções.

64 Fonte mencionada: “MM” anónimo, entrevista com o autor a 15 de Março de 1997 em Maputo.

Pode-se pensar que esta escolha foi muito má e que um processo justo sob a responsabilidade da justiça tanzaniana teria, pelo contrário, feito calar os rumores, mas a natureza não democrática da direcção da Frelimo explica muito bem a sua possível reacção. Toda a lógica tem a sua coerência *sui generis*: Magaia assassinado, todos os militantes e guerrilheiros da sua sensibilidade (porque não da sua etnicidade, ele é ronga!) que perdem a vida são suspeitos de terem sido, por sua vez, assassinados. É o grande plano “sulista-comunista”. Que tenha havido ajuste de contas sangrentos no seio da Frelimo, ninguém pode seriamente negá-lo. Certas mortes são certamente duvidosas, até mesmo criminosas (o crime não vindo necessariamente da direcção central, mas também de abusos de comandantes locais). Todavia, é preciso demonstrá-lo: obviamente não é fácil. Enquanto houver dúvidas, ou mesmo convicções, fundadas em fontes insuficientes, deve continuar a considerar-se um “facto” como hipótese. Ora, BLN cita certos desaparecimentos de militantes que lhe parecem sinais de purificação sangrenta em curso no seio da Frelimo: Barnabé Thawè, Rui Vilanamuali, Agostinho Mbaui e “muitos outros” (p. 163). Mas, uma vez mais, o seu método demonstrativo peca:

Rui Vilanamulai e Agostinho Mbaui, ambos naturais da Zambézia, foram *alegadamente executados*. A par *dessas execuções*, os postos por eles vagos foram sendo ocupados por pessoas ligadas à ala regionalista do sul. [...] No início de 1968, Lino Abrão, um comandante militar oriundo da Zambézia, que era tido como o que mais abertamente acusava e condenava o assassinato de Magaia, foi preso e conduzido a Cabo Delgado de onde se reportou que foi executado. Pelo mesmo motivo, Luís Njanje [...] que era secretário de Magaia, foi conduzido ao primeiro sector da base Beira onde, igualmente, se *reportou que foi executado*. Frente a tanto crime e suspeitas, alguns [...] dirigiram-se a Simango para dele encontrar protecção... (italico meu, pp. 163-164; não há fonte mencionada)

Como se vê, assassinatos *possíveis* tornam-se, na frase a seguir, factos *provados*, etc. Além disso, o contexto não é reconstituído: a guerra matava muito mais guerrilheiros do que soldados do exército colonial. Guerrilheiros morriam todos os dias. É possível fazer uma longa lista dos guerrilheiros e comandantes de base “oriundos do Sul” que foram mortos no mesmo período. Fazer uma lista de comandantes “oriundos do Centro ou do Norte” que morrem nesse período não tem significação em si mesmo. Seriam necessárias outras fontes que infelizmente ainda não temos – o que exigiria particularmente a abertura completa dos arquivos do partido Frelimo e dos arquivos privados de Eduardo Mondlane. Enfim, sem dar à PIDE e à APSIC (Serviços de Acção Psicológica) mais importância e sucesso do que tiveram, é preciso não subestimar o seu “trabalho”: cada vez que um guerrilheiro de uma certa importância morria, os serviços portugueses espalhavam o boato de que ele tinha sido assassinado por uma facção da Frelimo que procurava eliminar a outra. O próprio BLN di-lo mas, uma vez mais, sem distância crítica:

Segundo relatos de muitos entrevistados, quando os relatórios do DD<sup>[65]</sup> atribuíam a morte de um certo combatente sonante a confronto com o exército português, [cedo] o conteúdo desses relatórios era desmentido por fontes vindas do terreno.

65 Departamento da Defesa, dirigido por Samora Machel, nomeado por Eduardo Mondlane depois da morte de F. Magaia. O antigo DSD (Departamento de Segurança e Defesa) tinha sido separado em dois – por um lado o DD e por outro o DS (Departamento de Segurança) sob a direcção de Joaquim Chissano. Estes últimos, inegavelmente “do Sul”, em virtude das suas novas responsabilidades, entraram para o Comité Central antes mesmo que fossem eleitos por um congresso da Frelimo.

Tratava-se, na verdade, de assassinatos premeditados que, relatados de boca a boca, causavam um mal-estar nos combatentes e nas próprias populações. (p. 167)

Isso poderia ser verdadeiro ou falso: mas nada do que a *convicção* de BLN nos diz permite ir num ou noutro sentido. Quanto às substituições frequentes de quadros “do Centro ou do Norte” por outros “do Sul”, isso podia efectivamente ser fruto do habitus, até mesmo da arrogância étnico-sulista (sem que no entanto se tratasse de uma política deliberada), mas também do facto, já assinalado, de que houve efectivamente, sobretudo no que se refere aos níveis intermediários (pessoas tendo frequentado alguns anos do ensino secundário), uma entrada massiva de gente do Sul na Frelimo depois da criação desta última, enquanto os grupos anteriores presentes em Dar es-Salaam eram mais do Centro e do Norte. Portanto, o “peso demográfico” do Sul nos escalões intermediários do comando cresceu no seio da Frelimo durante os anos 1960, fora de qualquer manobra. Estas reflexões não invalidam um facto histórico: houve efectivamente o despontar, e depois a tomada de poder, no seio da Frelimo, de uma “movimentação”<sup>66</sup> político-militar anti-étnica, antitradicional, bem como modernista, paternalista, ultra-autoritária, “nacionista”<sup>67</sup> e de tipo jacobino; mas não era unicamente oriunda do Sul, que legitimava a sua acção com um discurso marxizante e estalinizado<sup>68</sup>. Acerca deste ponto, junto-me a BLN quanto ao estado de facto, mas dele não tenho a mesma leitura: não se tratou tanto de infiltração de agentes comunistas (estalinistas) e sulistas no seio da Frente, mas do resultado de um processo de “radicalização modernista”. Por um lado, foi a própria guerra popular que fez emergir, dando uma importância crescente, os político-militares – de que aliás Filipe Magaia *socialmente* fazia parte –; mas, por outro lado, foi efectivamente a preexistência de concepções não democráticas de direcção do movimento, e da aceitação do paradigma colonial de construção da “nação” por modernização autoritária<sup>69</sup>, que fez dela um fenómeno de poder. Não se trata de simples “fraccionismos de políticos” (mesmo se eles existam também), mas de fenómenos que devem ser analisados do ponto de vista da *sociologia política*.

Dizer isso não é negar em bloco as hipóteses de BLN: numa organização político-militar sem nenhuma tradição democrática (em particular nos diferentes escalões da sua direcção), não há nenhuma maneira de gerir sensatamente as inevitáveis divergências, de fazer inquéritos independentes das facções em presença sobre tal ou tal abuso, de corrigir suficientemente os fenómenos clássicos de prepotência de comandantes que constam com prazer que a posse de armas dá um grande poder, de combater as arrogâncias étnicas vindas do passado africano ou colonial ou produzidas pelo próprio desenrolar da guerra de libertação (que, não esqueçamos, era também uma guerra civil), etc. A tomada do poder pelos político-militares a partir de 1966 provocou “ajustamentos” discipli-

66 O termo “movimentação” convém sem dúvida melhor do que “facção”, “fracção” ou mesmo “sensibilidade”, porque se trata não apenas de pessoas partilhando grosso modo as mesmas concepções, mas também de um produto de uma vivência social e psicológica durante a própria luta de libertação. Trata-se quase de um estrato social.

67 “Nacionista” e não nacionalista, no sentido de que não exprime politicamente uma nação oprimida já existente, mas sim um projecto e desejo de criação rápida de uma nação *sui generis* a impor às antigas nações (ou etnias) africanas no espaço de pertinência colonial que é “Moçambique”. Acerca deste ponto, cf. M. CAHEN, “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?...” , *op. cit.*

68 Para uma história social e política do marxismo no seio da Frelimo, ver a tese de Luís Cequeira de BRITO, *Le Frelimo et la construction de l'État national au Mozambique. Le sens de la référence au marxisme (1962-1983)*, tese de sociologia sob a direcção de Pierre-Philippe Rey, Paris, Universidade de Paris VIII, 1991, 350 p. multigr.

69 Quer dizer a nação, no singular e assimilada em bloco a “Moçambique” (e particularmente ao seu protótipo moderno que é a capital) e não a lenta identificação das nações existentes no seio do “espaço Moçambique” a uma República garantindo o progresso, como nação das nações em Moçambique.

nares no seio da estrutura da guerrilha, inclusive ajustes de contas e crimes, cometidos nas piores condições da guerra<sup>70</sup> e na ausência de vontade democrática, sem auscultação suficiente de base; os fenómenos massivos de deserções de combatentes e de populações, particularmente no Niassa, estão amplamente documentados, bem como a crise do Instituto de Moçambique em Dar es-Salaam (pp. 166-191<sup>71</sup>).

## O II Congresso da Frelimo (1968)

Há consenso para reconhecer que o II Congresso da Frelimo marca uma etapa muito importante na história da Frente e, particularmente, na vitória definitiva dos político-militares. O congresso foi preparado enquanto se aguçava a crise entre a direcção provincial de Cabo Delgado, dirigida por Lázaro N’Kavandame, e a estrutura militar da Frente, crise cuja história detalhada fica por estudar. Sabe-se que pelo menos uma parte da Frelimo de Cabo Delgado (em particular a sua componente civil dirigida pelos famosos *chairmen*) decidiu boicotar o congresso, considerando que este, realizando-se numa região muito isolada do Niassa, não reunia condições de segurança, correndo eles o risco de serem fisicamente eliminados. Inversamente, um congresso realizando-se em Cabo Delgado facilmente asseguraria a sua vitória. O que é certo é que, apesar de Cabo Delgado ser a província onde a luta armada estava mais avançada, foi aquela que enviou o número mais fraco de delegados ao congresso. O processo de designação dos delegados ao congresso não é, pelo que sei, explicado em parte alguma. Tudo leva a pensar que foi largamente fruto de dosagens e designações decididas pela direcção.

Contudo, no capítulo 5 (“O II congresso e o agudizar do conflito”: 193-265), BLN admite imediatamente que a preparação do congresso foi feita através de numerosas eliminações físicas: “... através de eliminações físicas atrás referidas, a estratégia da ala regionalista viria a ser compensada por via do II Congresso” (p. 193). Segundo uma fonte anónima, a organização do congresso no Niassa

escondia o medo de confrontar-se com os *chairmen* que estavam dispostos a usar a ocasião para atacar o grupo de Mondlane pelos desmandos que perpetrava em Cabo Delgado. A matança indiscriminada de combatentes enfurecia-os e pretendiam servir-se do Congresso para apresentar os factos pormenorizadamente, apontando com os dedos os infractores, e exigindo que estes indicassem quais os mandantes de todas as atrocidades. (p. 195)

Segundo uma outra testemunha, igualmente anónima,

Havia muitos combatentes [em Cabo Delgado] bem armados, que eram contra os assassinatos e a favor de Nkavandame e dos *chairmen* que protestavam contra os crimes que se cometiam. (p. 197)

Enfim, segundo o próprio BLN, Uria Simango

70 ... particularmente uma real recuperação, pelas forças coloniais portuguesas, de posições perdidas antes de 1968.

71 Faço a escolha de não me alongar nestas linhas, mas uma crítica sobre o manuseamento imprudente de fontes frágeis poderia igualmente ser feita a propósito da maneira como BLN conta a crise do Instituto de Moçambique e a sua gestão por Janet Mondlane.

confirmaria mais tarde em entrevista, na cidade da Beira, que a forma encontrada para impedir a chegada da parte dos seus apoiantes ao Congresso, foi a usual: intimidações e eliminações físicas. (p. 199)

Não insistirei mais: mas todos os problemas metodológicos evocados anteriormente encontram-se neste uso em sentido único de fontes orais frágeis e não contextualizadas. Todavia há um ponto da história que fica por investigar: o lugar real dos *chairmen* (dirigentes civis) e outros *Baraza la Wazee* (conselhos de Anciãos) na guerrilha em Cabo Delgado. Estes últimos teriam supostamente apoiado Lázaro N’Kavandame na sua oposição crescente a E. Mondlane<sup>72</sup> e os meus trabalhos pessoais no seio dos arquivos da PIDE parecem confirmá-lo. Todavia, só nos podemos admirar do desbaratamento total e imediato destas estruturas, pelo menos enquanto poder político, na sequência da deserção de N’Kavandame em Março de 1969. Se estas estruturas eram realmente importantes (em particular os *chairmen*), elas teriam perfeitamente perdurado enquanto estruturas, mesmo com a mudança de seus “titulares”.

Em contrapartida, BLN traz dados preciosos acerca do próprio congresso, e em particular sobre o facto de que Uria Simango nele foi candidato<sup>73</sup> contra Eduardo Mondlane, este último tendo ganho apenas por dois votos dos 150, em votação secreta<sup>74</sup>. Tendo em conta o cuidado tido na constituição das delegações, este resultado era notável e significava que... pelo menos uma parte das pessoas “oriundas do Sul” votou contra Mondlane. BLN avança em seguida uma hipótese muito importante. De facto, Eduardo Mondlane teria ficado surpreendido com o resultado e teria então tomado consciência de que a sua visão dos acontecimentos no seio da Frelimo não correspondia forçosamente à realidade, e que os seus melhores amigos não lhe comunicavam forçosamente as informações necessárias:

o seu grupo não lhe havia prestado informações correctas sobre o que se passava no terreno. Se pretendia continuar a dirigir a organização dentro de um clima harmonioso com seu parceiro [i.e., Simango], aquele que Machel, dos Santos, Chissano e outros seus pares alegavam não possuir apoio no seio dos combatentes, devia iniciar, desde aquele momento, uma viragem nos seus procedimentos. Para tal, estrategicamente, começa a pensar em distanciar-se do seu grupo e iniciar nova vida com seu parceiro na presidência da organização. (p. 201)

Esta hipótese mereceria ser sustentada por numerosas entrevistas (e naturalmente pela abertura dos arquivos privados de Mondlane), mas ela é coerente com os grandes esforços feitos por E. Mondlane, pressionado por Julius Nyerere, durante os últimos dias da sua vida para chegar a uma plataforma de entendimento tanto com L. N’Kavandame como com Uria Simango. Por outro lado, os resultados do II congresso não eram aceite por todos, quer se tratasse de L. N’Kavandame e seus *chairmen* quer dos estudantes mobilizados pelo Padre Mateus Gwengere. Foi nestas condições que a Tanzânia fechou a sua fronteira sul (Dezembro de 1968), com o receio de incidentes violentos em Cabo

72 ... mesmo se os motivos dessa oposição são discutidos: protesto contra os “assassinatos” perpetrados pela hierarquia militar da Frelimo, ou descontentamento em relação às limitações no comércio de e para a Tanzânia, de que largamente viviam? Estes dois motivos não são forçosamente contraditórios.

73 Foi a última vez que, aquando de um congresso da Frelimo, houve mais de um candidato para a presidência.

74 Nem a votação secreta, nem a pluralidade dos candidatos parecem ter sido decididas no início pelos organizadores do congresso que previam apenas perguntar se Mondlane devia continuar ou não presidente; foi-lhes pedido por Simango no próprio momento em que anunciou a sua candidatura, em presença dos convidados estrangeiros ao congresso (p. 202).

Delgado, e que Paulo Samuel Kankhomba, dirigente militar, foi morto por militantes da *Frelimo Youth League*, partidários de N’Kavandame, a 22 de Dezembro de 1968. Poucos dias depois (27-28 de Dezembro), por causa da acção da polícia tanzaniana, falhou uma tentativa de reunir um congresso extraordinário da Frelimo em Mzimbazi Hall, convocado pelos dissidentes para 3 de Janeiro de 1969, cujos delegados começavam a chegar. Sendo certa a responsabilidade, pelo menos indirecta, de L. N’Kavandame nos incidentes que levaram à morte de P. Samuel Kankhomba, ele (L. N’Kavandame) foi expulso da Frelimo a 10 de Janeiro de 1969.

Nesta crise, Uria Simango tinha ficado cuidadosamente neutro, sem dúvida na esperança de constituir uma possibilidade de reconciliação em volta da sua pessoa. Tinha participado na crítica às actividades comerciais de Lázaro N’Kavandame, mas não tinha apoiado Mondlane aquando da reunião muito tensa de M’twara, organizada pela TANU em Agosto de 1968 para tentar reconciliar N’Kavandame e Mondlane. Todavia, as razões do descontentamento de L. N’Kavandame, enraizado na sua província, só tocavam em parte aquelas de U. Simango, mais viradas para o funcionamento geral da Frente. Aliás, é em relação a uma crise “local” – a morte de P. S. Kankhomba – e quando ia ser preso pela polícia tanzaniana, que N’Kavandame se rende aos portugueses (17 de Março), destruindo por isso mesmo toda a sua implantação no país maconde<sup>75</sup>. De certa maneira, isso podia facilitar uma reconciliação entre E. Mondlane e U. Simango: o primeiro precisava do apoio dos “político-militares” contra N’Kavandame, mas, uma vez este problema resolvido, a aliança com U. Simango podia dar-lhe novamente uma autonomia face aos mesmos “político-militares” cujos limites ele tinha visto aquando do II Congresso. É a hipótese claramente avançada por BLN:

Agora mais do que nunca, Mondlane sentia-se encorajado a avançar para uma remodelação das pedras do xadrez político e militar da organização. [...] Na eventualidade de se desfazer do seu grupo de apoiantes [i.e., os “político-militares”], Mondlane estaria em pé de igualdade em relação a Simango dado que este havia perdido uma considerável franja de aderentes. (p. 208)

De resto, seria a própria aproximação entre Simango e Mondlane que teria convencido N’Kavandame, permanecido na Tanzânia ainda que expulso da Frelimo desde o início de Janeiro, a render-se aos portugueses, considerando-se traído (p. 208)<sup>76</sup>. De acordo com BLN, na sequência do meio falhanço do II Congresso de Junho de 1968, esboçava-se nos finais de 1968/inícios de 1969 uma recomposição política da Frelimo, com uma aliança dos sectores “civis modernos”, não forçosamente contra, mas contrabalançando, o poder dos militares, tendo os “civis tradicionais” sido definitivamente derrotados. Ainda que exprimindo assim esta hipótese, gostaria no entanto de a precisar e limitar o seu alcance: é certo que a profunda crise da Frelimo nos finais dos anos 1960 terá importantes consequências na sua abordagem das estruturas tradicionais, e em particular das

<sup>75</sup> Como a defecção de N’Kavandame tem lugar algumas semanas depois do assassinato de Eduardo Mondlane, a linha oficial defendeu sistematicamente a tese da sua implicação no atentado, sem sombra de uma fonte. Por outro lado, a utilização de N’Kavandame pela APSIC portuguesa, nos dias e semanas que se seguiram à sua defecção, para tentar desestruturar a guerrilha no país maconde, foi um falhanço total. N’Kavandame perdeu toda a influência no próprio dia em que se rendeu aos portugueses.

<sup>76</sup> Parece também que agentes ao serviço dos portugueses lhe fizeram ver uma “autonomia económica” para Cabo Delgado, de que teria sido o responsável. A manobra não era estúpida pois o que, no início, havia levado N’Kavandame para o anticolonialismo era a impossibilidade de realizar em Moçambique, com os portugueses, iniciativas económicas bem sucedidas no Tanganhica, sob o domínio dos ingleses. Em suma, Portugal propunha-lhe enfim realizar o seu sonho. Naturalmente, puro estratagema de recrutamento...

chefaturas (*regulados, regedorias*, etc.), cujo poder era progressivamente suplantado pelos “comitês populares” nas zonas libertadas. Isso não impedia a Frelimo de continuar a dar-lhes taticamente uma grande importância nas zonas onde ela começava a implantar-se (Tete, depois Manica e Sofala). Mas a crise com N’Kavandame só era secundariamente uma crise com estes sectores tradicionais – de resto historicamente muito fracos na sociedade maconde, praticamente acéfala. Parece que estes sectores estavam mais do lado de N’Kavandame, mas este não era ele próprio um notável tradicional: era um empresário sem dúvida pouco alfabetizado, mas completamente moderno, um *big man* do tipo desses empresários africanos que o capitalismo colonial britânico produzia. Portanto, tratava-se de facto de *duas trajectórias sociais da modernidade*, com, por um lado, estratos sociais médios e urbanos cujos empregos eram muitas vezes assalariados no sector terciário e, por outro lado, o despontar muito pequeno de um empresariado moçambicano. Poder-se-ia dizer abruptamente que se tratava de uma confrontação entre dois sectores *diferentemente pequeno-burgueses*... Ora, se se der importância a esta visão das coisas, Uria Simango estava claramente no mesmo tipo de trajectórias sociais que Eduardo Mondlane ou mesmo Samora Machel. Não se tratava, por um lado, de uma “linha burguesa” e, por outro, de uma “linha revolucionária”. Aliás, relativamente ao “pró-comunismo”, é bom não esquecer que o próprio Uria Simango, nesta época, se dizia próximo de Mao-Tse Tung e não há razão para tomar isso com menos seriedade do que o “pró-sovietismo” de um Marcelino dos Santos<sup>77</sup>... Não há uma “crise simples” no seio da Frelimo, mas tensões na encruzilhada de numerosos factores de heterogeneidade, sem possibilidade de regulação democrática.

Eduardo Mondlane teria portanto alimentado o projecto de reduzir o peso político de Marcelino dos Santos e Samora Machel. Apoiando esta hipótese, há efectivamente o facto de que, em Setembro de 1968, o Comité Central pôs o primeiro à frente de um departamento político servindo mais ou menos de gabinete de estudos, enquanto o estratégico departamento de Relações Exteriores era tomado por Uria Simango e Miguel Murrupa. Mais admirável, mas de fonte frágil (*cf. infra*), Mondlane teria demitido (ou procurado demitir) Samora Machel do DD, nomeando para o seu lugar Raul Casal Ribeiro, então comissário político nacional e número dois na hierarquia do DD (p. 210). Toda a direcção deixaria Dar es-Salaam para se instalar em Nachingweia (p. 211). Enfim, último indício da “reconciliação” e do reequilíbrio político em curso, Mondlane e Simango partiram juntos, nos finais de Janeiro 1969, para diversas capitais africanas,

deixando para o regresso a remodelação que se pretendia fazer nas esferas decisivas do movimento. Todavia, Mondlane não iria a tempo de pôr em prática o seu plano de purga. Morreria vítima de uma bomba armadilhada num livro nos princípios de Fevereiro de 1969. (p. 213)

Isso permite tirar outras conclusões? Evidentemente que não. Tanto mais que, assiná-lo, as fontes desta possível viragem política tentada por Eduardo Mondlane são fracas: algumas decisões práticas (no que diz respeito a Marcelino dos Santos, particularmente), alguns possíveis pontos de acordo na crise (a expulsão de N’Kavandame, a 3 de

<sup>77</sup> Nem mais nem menos: trata-se de um interesse, de uma atracção, em função da trajectória social e política dos interessados, o que não faz nem de um nem do outro partidários de um partido comunista moçambicano. A sua abordagem do marxismo continua instrumental e é absurdo acusar Marcelino dos Santos de ter sido – ainda que fosse só por razões cronológicas – um fiel da “escola da Internacional Comunista” (p. 212).

Janeiro de 1969 na sequência das provas da sua culpabilidade), alguns gestos diplomáticos (a viagem comum com U. Simango) e enfim o testemunho decisivo de Z. Maurício, recolhido em Maputo por BLN em Junho de 2000 sobre a nova vontade política de Mondlane, fortemente escaudado pelo II Congresso. O problema, que não destrói este testemunho mas que implicaria cruzá-lo com outras fontes, é que Z. Maurício diz ele próprio ter ouvido estes dados “da boca de Simango para mim”: “Não foi contado por uma terceira pessoa. Ouvi ele próprio” (nota 370: 210-211). Trata-se portanto do ponto de vista de Simango, cuja recolha não está datada (antes ou depois da sua expulsão?), contado por um dos seus amigos ou partidários.

## A tomada do poder

Assassinado Eduardo Mondlane a 3 de Fevereiro de 1969, os acontecimentos precipitaram-se no seio da Frelimo. Naturalmente, todos os dissidentes (N’Kavandame, Gwengere, Simango, etc.) foram de seguida acusados de ter conspirado para matar Mondlane. BLN reporta muito justamente o parecer de Lutero Simango (filho de Uria) sobre a incoerência da acusação, pelo menos no que diz respeito a Uria Simango, que não fez nada, nas semanas dramáticas seguintes, para tomar o poder quando era vice-presidente e aceitou a instalação de um triunvirato não previsto pelos estatutos e no seio do qual ele era minoritário (face a M. dos Santos e S. Machel): “não faz sentido consumir o assassinato de um líder para depois não assumir o Poder”<sup>78</sup>. É evidente que uma violentíssima caça às bruxas foi então desencadeada pelos político-militares para assegurar definitivamente o seu poder. Assassinatos políticos direccionados, como aquele de Silvério Nungu, estão amplamente documentados (mesmo se restam dúvidas sobre as circunstâncias da sua morte)<sup>79</sup>.

Contudo, o facto de constatar que a morte de Mondlane foi aproveitada pelos político-militares marxizantes para desencadear uma vigorosa ofensiva visando homogeneizar o bloco de poder no seio da Frelimo não significa que o assassinato de Mondlane tenha sido organizado a fim de facilitar esta ofensiva. Aliás, BLN não o diz directamente, mas diz com clareza que a PIDE é responsável pelo atentado. Fica a questão de possíveis cúmplices internos. Uma tal hipótese é completamente admissível: é aliás o que se passará com o assassinato de Amílcar Cabral – morto pela PIDE provavelmente para impedir a abertura de negociações entre o PAIGC e o general Spínola, comandante-em-chefe da Guiné<sup>80</sup> –, mas utilizando muitas cúmplices internas.

Impõe-se constatar que, até ao presente, nenhuma fonte fiável e confrontada, que eu saiba, veio tornar verosímil a tese de cúmplices internas, do lado dos “político-militares”, na morte de Eduardo Mondlane. Aliás, há diversos pontos técnicos que permitem interpretações perigosas: a origem do livro armadilhado que matou Mondlane é às vezes apontada como sendo Praga (ou Genebra, etc.); um segundo embrulho armadilhado que devia matar M. dos Santos foi descoberto dez dias depois e tinha a mesma origem, mas um terceiro embrulho supostamente para matar U. Simango, então em Nachingweia,

<sup>78</sup> Lutero Simango, *Domingo* (Maputo), n.º 601, 12 de Dezembro de 1993: 3, citado por BLN, p. 215.

<sup>79</sup> Silvério Nungu era secretário de Mondlane e responsável pela sua segurança. Mas um Joaquim Chissano, chefe do Departamento de Segurança, não foi censurado, deixando mesmo chegar o correio às mãos dos dirigentes sem verificação.

<sup>80</sup> O próprio Spínola nunca exprimiu a mais pequena dúvida sobre o comanditário do assassinato de Cabral: “Mataram-me o homem”, disse ele.

teria sido enviado de Dar es-Salaam em Março<sup>81</sup>. De facto, a origem geográfica de uma encomenda postal não permite nenhuma hipótese política. O que parece certo, em contrapartida, é que, por incrível que pareça, em 1969 o correio do Presidente da Frente não era inspeccionado por nenhum serviço de segurança. E disso, agentes infiltrados podiam saber<sup>82</sup>. O facto de, “imediatamente” após o atentado, Marcelino dos Santos, a sua esposa Pamela dos Santos, Joaquim Chissano, Raimundo Simango e Betty King terem sido interpelados pela polícia tanzaniana também não é um indício da sua culpabilidade: a polícia tanzaniana certificava-se evidentemente dos *possíveis* suspeitos.

De facto, e salvo erro da minha parte, não se sabe quem matou Eduardo Mondlane. No plano técnico, o nome de Casimiro Monteiro, um goês, aceite por Salazar como figura do “bandido-herói”, perito em explosivos, em serviço em Lourenço Marques desde 1965, foi avançado várias vezes<sup>83</sup>. E isso foi mesmo expressamente confirmado por Rosa Casaco e Óscar Cardoso, dois altos inspectores da DGS ainda vivos<sup>84</sup>. Isso não é muito importante: mas também não era António Vaz, dirigente da PIDE em Lourenço Marques, que podia tomar uma tal decisão. Este nível de importância tinha a ver directamente com a PIDE de Lisboa, dirigida por Silva Pais e Barbieri Cardoso. A PIDE não procurava sistematicamente matar os dirigentes das frentes anticolonialistas radicados no exterior – liquidações que eram fontes de incidentes diplomáticos<sup>85</sup> –, e os seus motivos para ir mais longe eram muito políticos.

Qual era o grau de conhecimento da crise interna da Frelimo por parte da PIDE? Pode dizer-se que o seu conhecimento era muito heterogéneo, mas de fraca capacidade política, alinhando os dirigentes segundo as suas facções “pró-soviética” ou “pró-chinesa”, etc.<sup>86</sup> Contudo, a PIDE tinha percebido bem a subida em força da nova geração político-militar, mais marxista e, para ela, completamente “comunista”. Ora, é preciso compreender bem que a luta conta o “comunismo” era muito legitimadora para o regime salazarista em geral e a PIDE em particular. O comunismo era o inimigo, mas o inimigo normal, tradicional, funcional. Para um ultranacionalista como Barbieri Cardoso, havia, no entanto, algo muito pior do que o comunista: era o traidor, quer dizer, o “americano”. Para a PIDE, não havia nada pior do que frentes anticolonialistas levando a cabo a luta armada mas politicamente moderadas e possivelmente abertas à negociação. Por

81 João M. Cabrita avança esta tese (*op. cit.*: 58), enquanto BLN traz uma diferença: teria havido apenas dois embrulhos, o segundo sendo destinado a Uria Simango. Mas a ala sulista fez com que se falasse de um pacote destinado a M. dos Santos, donde a circulação de “duas” notícias diferentes (pp. 215-216 e 219).

82 Esta circunstância pode ter ditado a escolha da técnica do embrulho armadilhado. Aliás, a PIDE tinha arquitectado outras hipóteses “técnicas” para matar Mondlane. Isso não autoriza a reproduzir sem distância o testemunho de Raimundo Simango, sobre a casa/restaurante de Betty King onde se deu o atentado: “Curiosamente o local que normalmente estava movimentado por causa do restaurante, na hora da morte de Mondlane, estava deserto. Nem Betty King, nem a maioria dos empregados estavam presentes. Apenas estava lá o cozinheiro que serviu um chá a Mondlane e de seguida se retirou” (nota 329, p. 214). Ora, eram nove horas de manhã (como indicado na p. 214), e não há nada de “curioso” em o restaurante não ser frequentado a tal hora. Este tipo de insinuação lançada sem tratamento crítico não valoriza o resto do raciocínio do autor.

83 ... e de novo por BLN citando um outro artigo de Benedito Tomás MUIANGA, “Sobre o assassinato de Eduardo Mondlane”, *Savana*, 16 de Fevereiro de 1996: 7. Este outro artigo de Muianga faz o ponto da situação, mas não traz dados novos: ele tem sobretudo a função de responder a certas afirmações de Sérgio Vieira.

84 ... o que, da minha parte, considero como uma indicação de que o autor “técnico” não é Casimiro Monteiro! Há, com efeito, pelo menos uma coisa que não se pode negar aos agentes da PIDE-DGS, a saber, o de serem soldados disciplinados. A este nível de responsabilidade na PIDE, nunca se desmascara um responsável, mesmo após a sua morte; a não ser que, aproveitando o facto de já circular um nome – na circunstância, o de Casimiro Monteiro –, isso possa ser útil para desviar a atenção e deixar na sombra outros responsáveis ainda vivos.

85 ... em particular quando se tratava de um país-membro da Commonwealth, tal como a Tanzânia.

86 Acerca do grau de penetração da PIDE no seio da Frelimo, ver particularmente a minha comunicação no congresso internacional dos Arquivos de tradição ibérica, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (texto difundido em CD-Rom). Sobre a organização da PIDE na guerra colonial, cf. Dalila Cabrita MATEUS, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004, 464 p.

consequente, a hipótese que avancei há vários anos pretende que, se a PIDE decidiu matar Mondlane, não foi porque ele “se tornava cada vez mais marxista” mas, pelo contrário, porque continuava “americano”, pró-ocidental, capaz de diversificar os apoios financeiros e militares da Frelimo e de procurar falhas negociáveis na orientação política portuguesa. A PIDE tinha todo o interesse na tomada do poder pelos “comunistas” no seio da Frelimo. É, de resto, o que deixa entender Jorge Jardim – em desacordo com o assassinato –, que pensava poder encontrar-se com Mondlane no Malavi, a convite de Hanstings Kamuzu Banda<sup>87</sup>. Para a PIDE, era portanto completamente lógico matar também Uria Simango, sobretudo no contexto pós-II Congresso.

Mas atenção! O facto de a PIDE ter interesse em favorecer a tomada do poder pelos “comunistas” no seio da Frelimo a fim de melhor legitimar a sua luta imperialista pela defesa do Ocidente, *não permite deduzir* que existia uma “aliança de facto” entre a PIDE e certos “político-militares marxizantes” da Frelimo, uma como os outros desejando desembaraçar-se da dupla supostamente “liberal” Mondlane-Simango. De resto, é preciso não esquecer que a leitura política estalinizada do processo de libertação nacional que estes supostos marxistas faziam no seio da Frelimo, era a de uma unidade nacional: nenhum deles, vimos, desejava criar um partido comunista moçambicano, ao contrário do jovem angolano Viriato da Cruz<sup>88</sup>. Ora esta política de unidade nacional devia encarnar-se em personalidades: neste âmbito, um Eduardo Mondlane era necessário. A tomada do poder pelos político-militares contra os “civis modernistas” que se reconheciam em Mondlane e Simango acabou por coroar um conflito entre trajectórias e meios sociais distintos no seio da Frelimo; mas, em si mesma, não significou o abandono da estratégia da unidade nacional. Simplesmente, doravante a estratégia passa sobretudo pela extensão da guerra a todo o país: há radicalização, mas não mudança do projecto a construir, projecto que tinha o aval de Mondlane e Simango – isto é, uma nação moderna reduzindo pouco a pouco as suas etnicidades, falando português, dirigida por um partido único que era suposto ser o crisol da produção nacional, etc. Na realidade, os político-militares precisavam muito de Mondlane, politicamente e *socialmente*. A caça às bruxas desencadeada na Frente depois do assassinato de Mondlane mostra que eles tiveram muito medo de perder a direcção, mas não unicamente face a um Simango. O seu meio social de *assimilados* e mestiços principalmente (mas não unicamente) do Sul, de profissões urbanas e burocráticas (empregados de escritório, de comércio, enfermeiros auxiliares, etc.) era muito fraco face a outras trajectórias sociais presentes na Frente: camponesa, civil tradicional, civil moderna, etnicidades não sulistas, regionalismos oriundos de outras histórias coloniais (emigração maconde no Tanganhica, elites crioula da Zambézia...), etc. No actual estado de conhecimentos, pode falar-se exactamente de um conjunto de circunstâncias que favoreceram a tomada do poder pelos político-militares, *entre as quais* está a morte de Mondlane.

É preciso acrescentar a isso uma outra consideração: estes político-militares não são apenas “marxizantes”, mas estão na encruzilhada de muitos modelos, até e inclusive o

87 Jorge Pereira JARDIM, *Moçambique Terra Queimada*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1976: 44.

88 Pode não ser aqui o lugar para discutir a adopção oficial, pela Frelimo, do marxismo-leninismo no seu III Congresso de 1977. Mas mesmo esta decisão, cujo alcance não subestimo, não é sinónimo da transformação da Frelimo em partido comunista. O marxismo continua um “instrumento” contextual daquilo que chamei o “nacionismo” modernista. É o projecto de nação homogéneo que constitui a identidade do partido, não o marxismo. O fácil abandono deste último aquando do V Congresso de Julho de 1989 (antes da queda do muro de Berlim, é preciso lembrar) demonstra que a Frelimo podia muito bem viver sem o marxismo! É possível imaginar uma tal evolução para o Partido Comunista cubano?

modelo nguni. Certamente, o modelo marxizante estava em rápido desenvolvimento, mas não era o único. A cultura política tanzaniana da TANU era igualmente um modelo poderoso nestes anos de política *ujamaa*, em particular para Samora Machel, que era um “empírico” antes de ser um teórico<sup>89</sup>. A minha hipótese pessoal é que a PIDE quis enfraquecer a sensibilidade pró-ocidental no seio da Frelimo, numa lógica ultranacionalista portuguesa de legitimação pela luta contra o comunismo. Naturalmente, ela esperava também que a tomada do poder pelos “comunistas” (para a PIDE, não havia dúvida sobre a qualidade política de um Marcelino dos Santos ou de um Samora Machel) causaria uma cisão e adesão à bandeira lusitana. Aliás, isso aconteceu parcialmente. BNL também não cai *abertamente* na suposição de uma “aliança objectiva” entre os “comunistas” e a PIDE, e, tendo-o eu próprio criticado várias vezes por ter tirado conclusões muito apressadas com base em fontes frágeis, saúdo esta prudência. Contudo, esta prudência acaba por ser apenas aparente: com efeito, ele não apresenta *nenhuma outra reflexão política*, com base em dados técnicos que reuniu, para além daquela relativa à situação crítica crescente dos “marxistas”, que Mondlane, nos últimos dias da sua vida, teria procurado endireitar. O leitor só pode cronologicamente ser levado a pensar que, manifestamente, a morte de Mondlane caía bem para os “marxistas”: não se diz “a quem beneficia o crime?”.

A violenta caça às bruxas desencadeada após o atentado para se desembaraçar dos opositores acusando-os de cumplicidade no assassinato do Presidente, e particularmente depois da III sessão do Comité Central de Abril de 1969 que negou a ascensão de Simango à presidência, parece aliás justificar esta ideia: dirigentes capazes de enviar um Silvério Nungu, e outros, à morte não teriam sido capazes de matar Eduardo Mondlane? Só que se trata aqui de um raciocínio *a posteriori*. BLN, vimos isso, não faz abertamente este raciocínio: mas toda a arquitectura do capítulo 5 coloca a morte de Mondlane como simples etapa num grande plano de tomada de poder pelos político-militares<sup>90</sup>. Deveria ter claramente indicado os limites para além dos quais as fontes na sua posse não permitiam ir. Não o fez.

O que BLN mostra bem é que Uria Simango não fez nada, absolutamente nada, para tentar tomar o poder aquando da morte de Mondlane. É, no mínimo, um mísero estratega! Isso mostra em todo o caso que ele não esteve implicado na morte de Mondlane: porquê matá-lo para de seguida nada fazer? Mas é também um mísero defensor das suas próprias opções políticas. Só praticamente quando nada mais é possível – apesar de nunca ter expresso claramente as suas opções políticas perante os quadros do movimento –, é que ele publica, a 3 de Novembro de 1969, *Gloomy Situation in Frelimo*, documento no qual pede a demissão de S. Machel, M. dos Santos, J. Chissano, A. Guebuza, etc., de todas as suas funções, acusando-os de crimes ou de terem induzido E. Mondlane ao erro<sup>91</sup>.

89 Acerca da cultura política da TANU, cf. Denis-Constant MARTIN, *Tanzanie: l'invention d'une culture politique*, Paris, Karthala/Fondation nationale des sciences politiques, 1988, 318 p. Sabe-se o quanto a política *ujamaa* inspirou Samora Machel para a implementação da política das aldeias comunais em Moçambique.

90 Os subtítulos no seio do capítulo 5 indicam claramente esta orientação implícita: “Vitória a todo o custo”, “A caminho dos dias negros”, “O virar da página: da paz aparente à morte que semeou o vendaval”, “A luta pela sobrevivência: ‘Kremlin’ impõe os ditames da sua escola”, “A astúcia na conquista do poder político: o poder sombra emerge de nada”, “Habilidade e tática: dois factores decisivos na luta pela sobrevivência”, “Atravessando o deserto”.

91 Largos extractos de *Gloomy Situation in Frelimo* são utilmente reproduzidos em versão portuguesa (“Situação sombria na Frelimo”), em anexo do livro (pp. 399-416). É certo que este documento não foi bastante conhecido no decurso do primeiro período da independência, e o semanário *Savana* pôde reproduzi-lo como se se tratasse de um documento inédito. Mas não esqueçamos que fez parte dos textos inseridos na obra de REIS & MUIUNE, *Datas e Documentos da História da Frelimo*, Maputo, 1975, 604 p., livro publicado legalmente em Maputo e presente em pelo menos algumas bibliotecas.

Simango foi “suspenso” da direcção a partir do dia 8 de Novembro, depois excluído na sua ausência, aquando da IV sessão do Comité Central de Maio de 1970 que elegeu Samora Machel e Marcelino dos Santos respectivamente presidente e vice-presidente da Frente. Toda uma série de quadros, entre esta data e 1972 aproximadamente, deixou o movimento. Os seus destinos foram diversos: alguns, já no estrangeiro, permaneceram lá; outros tentaram ficar na Tanzânia sem mais se ocuparem da política, mas, presos pela polícia deste país e entregues à Frelimo, escaparam-se e renderam-se aos portugueses (caso de Miguel Murrupa, por exemplo). Momentaneamente encarcerado em Dodoma, U. Simango obteve refúgio no Egipto, onde se fixou com a sua família a 17 de Abril de 1970.

## O 25 de Abril de 1974, uma conspiração comunista?

O sexto capítulo aborda o período aberto pela Revolução dos Cravos em Portugal. É um capítulo de má qualidade e que, além disso, não traz nada ao resto da obra.

Pode criticar-se muita coisa nos primeiros cinco capítulos – acabo de o fazer. Mas estes capítulos abordam questões pouco, mal ou absolutamente nada conhecidas. Pode-se discutir a maneira como neles as fontes são utilizadas, interpretadas, etc., mas trata-se sempre de uma discussão sobre pesquisas ou teses novas. Em contrapartida, acerca da génese do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e depois sobre o processo revolucionário em Portugal, existe uma abundante bibliografia, em línguas portuguesa, inglesa, francesa, italiana, etc. Ora, o autor não leu nada desta bibliografia, mesmo as obras mais indispensáveis. Escolheu reescrever completamente a história, servindo-se unicamente de fontes extremamente parciais, retomando *grosso modo* todas as teses da extrema-direita saudosista portuguesa, até mesmo aquelas de agentes da PIDE-DGS. Assim, Marcelo Caetano era a favor dos revoltados (p. 274, a fonte é Abílio Pires, da PIDE-DGS); a DGS sabia, mas pensava que o general Spínola controlava o processo – sabia portanto muito pouco! (p. 274, a fonte é Óscar Cardoso, da DGS); Caetano transmitiu pessoalmente o poder a Spínola (p. 275) – na realidade, não transmitiu absolutamente nada, pois já tinha perdido tudo, mas procurou salvaguardar um pouco a face “entregando-lhe” o poder a fim de evitar que este caísse “na rua”.

BLN não entende sobretudo a natureza da revolução portuguesa: produto de dez anos de guerra colonial e de quarenta e oito anos de ditadura, ela foi no início uma revolução democrática – abater a ditadura –, mas imediatamente engrenou num processo de revolução social, de tal modo as aspirações sociais e políticas do povo português precisavam de se exprimir! Enquanto os capitães de Abril apelavam à população para que ficasse em casa, a manifestação do 1.º de Maio foi grandiosa, marcando o início do processo revolucionário social: isso não tem nada que ver, absolutamente nada que ver, com um “grande plano” previamente concebido e executado com mestria. Reduzir os movimentos sociais e as revoluções a simples manobras de agentes infiltrados é uma redução inverosímil da história. Ora é exactamente o que BLN faz:

Caetano transmitiria pessoalmente o poder a Spínola [...] sob a garantia deste “não deixar o poder cair na rua”. Só que o Poder cairia, de facto, na rua, porque o radicalismo de esquerda estava atento, tanto em Portugal, Moscovo, Dar es-Salaam e, até na Argélia onde ainda se acoitavam alguns dos pontas-de-lança de Kremlin na zona austral de África. (p. 275)

Eis aqui uma vez mais o “radicalismo de esquerda”, grande mestre da História, e a Revolução dos Cravos reduzidos às manigâncias de agentes de Moscovo... Nem tudo é falso neste capítulo, contudo: por exemplo, quando BLN cita Melo Antunes dizendo que “a maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução” (p. 277), está inteiramente certo! Só que, baseado na sua concepção policial da história, BLN conclui que estes militares foram enganados pelo radicalismo de esquerda. A realidade é inversa: o próprio Melo Antunes não sabia que o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 ia desencadear uma revolução, pois, justamente, nada estava “planificado” neste golpe de Estado. Em seguida, foi a história social de Portugal que tomou conta dos acontecimentos e não a “falta de vergonha [...] dos comunistas portugueses” (p. 282): a população não tinha nenhuma razão para se limitar à simples democratização e descolonização, mas queria uma considerável recuperação social e a punição dos fascistas. Foi o que Lenine e Trotski conceptualizaram, de maneira muito próxima, como processos de “revolução contínua” ou “permanente”, conceitos muitas vezes mal compreendidos e que seriam bem compreendidos se se dissesse: “processo contínuo (ou permanente) de revolução” ou “processo contínuo de transcrescimento revolucionário”. Isso resulta da constatação de que uma revolução simplesmente democrática, pelos próprios problemas que resolve e que coloca, pelas forças sociais nas quais se apoia, leva naturalmente à sua transcendência contínua por uma outra revolução social. O processo revolucionário português de 1974-1976 foi um formidável exemplo deste tipo de processo histórico analisado desde 1905 pelos teóricos bolchevistas.

E neste processo português, se é verdade que o Partido Comunista tentou evidentemente aumentar a sua influência (inclusive por meios não democráticos), é completamente falso dizer que “a principal arma para pôr o operário na rua – nos ditames comunistas do marxismo-leninismo – era o incitamento à greve” (p. 288). É confundir aqui a extrema-esquerda portuguesa (que nasceu da cisão do PCP ou fora dele) com o PCP, que esteve quase sempre contra as greves – como o reconheceu, admirado, o primeiro-ministro da direita do governo provisório, Palma Carlos! O PCP queria a unidade nacional atrás do MFA e um Portugal permanecendo membro da NATO mas votando a favor da URSS nas Nações Unidas. A política internacional da URSS *nunca* foi tentar implantar um regime comunista em Lisboa: ela respeitava a divisão do mundo em dois blocos e tentava unicamente influenciar os regimes ocidentais num sentido favorável aos seus interesses. Um “Portugal de esquerda”, mas não socialista, convinha-lhe perfeitamente.

Em Moçambique também houve, mas muito parcialmente, este tipo de processo de transcrescimento revolucionário, e os “*democratas de Moçambique*” (brancos favoráveis à Frelimo) não estavam nele implicados. Fez-se certamente a história do processo *político* da descolonização, mas muito menos aquela dos movimentos *sociais* que o acompanharam, que incluíram numerosas greves, muitas vezes espontâneas e muitas vezes denunciadas pela Frelimo; foram então eleitas comissões de trabalhadores nas pequenas e médias empresas abandonadas pelos patrões portugueses e assim postas em autogestão pelos trabalhadores, comissões rapidamente dissolvidas pela Frelimo, que impôs as suas próprias “comissões administrativas”. Contudo, estruturalmente, o movimento social moçambicano era muito menos forte do que o português. Os antigos sindicatos-nacionais fascistas, agora democratizados (mas que a Frelimo acabou por dissolver em 1978 para os substituir pelos “conselhos de produção” vigiando os trabalhadores),

apenas sindicalizavam a pequena minoria dos trabalhadores assalariados da administração, do comércio e dos serviços. A popularidade da Frelimo era então imensa, fruto do prestígio da legitimidade das armas: o processo do transcrescimento revolucionário foi assim parado pela sua hegemonia política; a revolução social que se perfilava atrás da descolonização foi abstractamente sublimada numa expressão pelo único meio do “partido operário-camponês” que a Frelimo se dizia. Isso equivale a dizer que, exactamente ao contrário da leitura que geralmente é feita (e particularmente por BLN), foi a Frelimo “marxista” que impediu todo o transcrescimento socialista da revolução africana, pois esta teria significado a irrupção de um movimento social africano completamente fora do domínio da elite política da Frente.

Pode considerar-se que a instauração do partido único era típica de uma orientação claramente “comunista” (estalinista): pessoalmente sempre vi nisso uma política “anti-sociedade”, de negação social, cultural e étnica, de tomada do poder por uma fracção burocrática da pequena-burguesia moçambicana modernista criada no (e na periferia do) aparelho de Estado colonial<sup>92</sup>. Seja como for, tratava-se de considerar que nenhuma legitimidade das urnas devia substituir a legitimidade das armas, tornando-se assim eterna<sup>93</sup>, e que um partido único devia sublimar o processo de “produção da nação”. Ora, enquanto foi membro da Frelimo, Uria Simango nunca contestou este paradigma e, antes de 1974, não parece ter havido outros pequenos grupos moçambicanos opostos à Frelimo que tenham defendido concepções pluralistas. De facto, cada um lutava para ser o partido único em detrimento do outro...

Paradoxalmente, a única personalidade, mais tarde dirigente da Frelimo, que devia exprimir-se a favor do pluralismo político e do direito da livre criação de partidos políticos, foi... Marcelino dos Santos em 1959, na sua qualidade de membro do MAC (Movimento Anti-Colonial), quando já era “marxista”! O próprio BLN refere esta tomada de posição (nota 426, pp. 284-285), mas para subentender que ele teria “escondido o seu jogo”. Na realidade, a sua tomada de posição explica-se justamente no âmbito ideológico da visão estalinizada da “revolução por etapas” históricas distintas (oposta portanto ao conceito de “revolução contínua” ou “permanente”), que então irrigava largamente o terceiro-mundismo, muito além das suas fileiras comunistas. A etapa “nacional/democrática” – correspondente à etapa da revolução burguesa na Europa no século XIX e começos do século XX, quer dizer, a descolonização –, sem ainda destruir o capitalismo, respeitaria o pluralismo; a fase socialista, devendo ser atingida mais tarde, ainda não estava na ordem do dia em 1959, mas seria assimilada ao regime do partido único, sinónimo de “ditadura do proletariado”, como parecia mostrar o exemplo dos “países socialistas”. Em outros termos, enquanto Moçambique não fosse socialista, poderia continuar pluralista, mas a tomada do poder pela “classe operária” exprimir-se-ia pelo partido único. Como as crises e o processo de radicalização ulteriores da Frelimo (evidentemente imprevisíveis em 1959) foram teorizados pelos vencedores como um processo de transformação da Frelimo em partido único, não mais apenas anticolonialista mas também socialista, a independência seria de um “tipo novo” e “directamente socialista”!

92 Cf. M. CAHEN, “État et pouvoir populaire...”, *op. cit.*; “Marxisme et Mozambique”, in M. CAHEN, *Mozambique, la révolution implosée. Études sur douze années d’indépendance (1975-1987)*, Paris, L’Harmattan, 1987: 137-167.

93 ... e oportunamente “confirmada” pelos apoios rodesiano e sul-africano à Renamo: o encobrimento da guerra civil pela guerra regional forneceu uma nova legitimação às armas da Frelimo.

Este paradigma etapista, unindo o pluralismo a uma fase ainda capitalista do desenvolvimento e o socialismo a um regime de partido único, atravessou todo este período. A revolução cubana (1958-60) e a radicalização de 1960-62 disso são um excelente exemplo. Mas ainda se pode perceber, mais tarde, quando a Frente Sandinista de Libertação tomou o poder em Manágua (Nicarágua) em 1979: o FSLN respeitou o pluralismo porque, dizia, “ainda não” se estava na fase socialista. Os paradigmas estalinistas infelizmente tiveram uma vida bem longa... Mas, note-se uma vez mais, que os “não-marxistas” da Frelimo (a começar por Eduardo Mondlane, e ao qual se pode acrescentar Uria Simango, apesar do seu namoro com o maoísmo) nunca puseram em causa o paradigma da unicidade partidária. A ideologia da “produção da nação” no crisol do partido único ia, de facto, no mesmo sentido que a versão estalinizada do marxismo. *No seio da Frelimo, não é a questão de partido único que opõe os marxistas e os não-marxistas.*

Em contrapartida, a partir de 1974, os partidos diferentes da Frelimo pedem evidentemente o pluralismo, condição da sua sobrevivência política, até mesmo física. Depois de algumas semanas de hesitação, a partir do momento em que Portugal reconhece o direito incondicional de Moçambique à independência e decide prepará-la com um partido único, a Frelimo, esta comporta-se como partido único: todas as pequenas formações, todas as associações, mesmo as mais progressistas (tal como a Associação académica), são dissolvidas. Trata-se, não apenas de impor o partido único, mas também de negar toda a diversidade cultural, étnica e social: *um só povo, uma só nação, um só partido.* Ora os mesmos que abatiam o partido único em Lisboa aprovavam-no em Maputo. Era assim, como o crê BLN (pp. 290-291), porque se tratava de adeptos do “radicalismo de esquerda” ou de agentes de Moscovo? Os factos demonstram o contrário. É muito difícil fazer de Melo Antunes – inimigo aguerrido do PCP no seio do MFA – um extremista de esquerda; o mesmo se diga de Victor Crespo, acerca do qual se pode perguntar sob que bases BLN diz que era “marxista” (p. 290); o radicalismo de um Otelo Saraiva de Carvalho era extremamente recente<sup>94</sup> e era detestado pelo PCP.

Duas causas são de avançar: por um lado, os militares portugueses (*de direita como de esquerda*) estavam muito apressados em descolonizar, a fim de voltar a pôr ordem na casa – onde se ampliava o processo de transcrescimento social da revolução democrática. Mas, por outro lado e sobretudo, o paradigma de partido único era, na época, largamente aceite, e mesmo defendido, em quase todas as correntes de opinião: a ONU, a OUA desejavam um partido único, “crisol da nação”! Não era uma questão de “marxismo” mas um paternalismo funcional que considerava que “em África” – continente que ainda estava na “etapa da produção da nação” – era preciso o partido único para unir as “tribos” e as “etnias”. Os militares portugueses, de direita como de esquerda, não fizeram nada mais do que reproduzir o paradigma paternalista então dominante. E, entre os portugueses minoritários que se opuseram a tal, encontrava-se tanto gente de direita (Francisco Sá Carneiro, por exemplo) como de esquerda (alguns socialistas e alguns trotskistas).

94 O próprio BLN cita uma entrevista (pp. 294-297) em que Otelo Saraiva de Carvalho confessa que, como militar profissional, nunca, até 1974, tinha ouvido falar de... Álvaro Cunhal! Estranho “comunista” na verdade... (p. 294). Ele tinha ouvido falar de Mário Soares em 1969 por causa da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, e não, como escreve BLN, “Comissão de Esquerda da Unidade Democrática”, nota 441, p. 294), mas só teve o seu primeiro contacto com ele em Julho de 1974. De facto, o radicalismo (e não apenas a revolta contra a ditadura) destes militares provém, por um lado, da sua reacção a uma longa guerra colonial, e em seguida, sobretudo, aos efeitos sobre a sua consciência política do processo de revolução social que involuntariamente desencadearam. Não há nenhum “grande plano” (como o de abater o regime de Marcello Caetano)!

Trata-se aqui contudo de distinguir duas questões: aquela do referendo de autodeterminação e aquela da descolonização pluralista. As duas questões estão ligadas, mas não são idênticas. Para as frentes de libertação africanas, a questão do referendo não era arriscada: não há nenhuma dúvida de que o “sim” à independência completa teria uma esmagadora maioria, mesmo nas Ilhas de Cabo Verde<sup>95</sup>. Em contrapartida, a questão do pluralismo político era arriscada, não forçosamente de forma imediata – a sua popularidade inicial era imensa –, mas a longo prazo; ela implicava além disso o pluralismo sindical, associativo, cultural, étnico, contraditório com o seu imaginário de nação homogênea. *A recusa do referendo esteve portanto ligada à recusa do pluralismo ulterior possível*: não foi apenas simbólico – aceitar submeter ao voto o que os anticolonialistas consideravam como um direito imprescritível pelo qual lutavam há uma década – mas sobretudo político. Se aceitassem o referendo, como negariam o conjunto constituinte necessariamente pluralista? Por esta razão, em quatro<sup>96</sup> dos cinco PALOP, foi o Comité Central do partido ou uma “Assembleia Popular” nomeada por ele que proclamou a independência.

O que facilitou, tanto à esquerda como à direita, a vitória da unidade partidária foi o facto de a questão do pluralismo ter sido assimilada àquela do direito imprescritível à independência: a direita *saudosista* portuguesa negava este aspecto imprescritível e queria *ipso facto* o pluralismo para poder “verificar” se verdadeiramente os africanos não desejariam mais ser portugueses. A esquerda, *assim como o centro-direita anticolonial*<sup>97</sup>, tomada no paradigma paternalista segundo o qual a “construção da nação” em África passava pela unidade partidária, foi portanto incapaz de separar a questão do direito imprescritível à independência da questão dos direitos democráticos nos novos Estados africanos: aceitando o direito à independência, a esquerda e o centro-direita – com algumas excepções individuais – aceitaram *ipso facto* o partido único em África.

É preciso, enfim, sublinhar um aspecto sociocultural que não se pode negligenciar: se os dirigentes do Movimento dos Capitães, ainda na clandestinidade mas tendo ultrapassado os aspectos puramente corporativos do seu descontentamento e já plenamente politizados<sup>98</sup>, sentem uma aproximação ao PAIGC, ao MPLA e à Frelimo, não é apenas por uma questão de “esquerda” ou de “direita”. Estes capitães rebeldes tinham acesso à imprensa destes movimentos, por um lado porque a apanhavam aquando das suas operações militares, e por outro porque a recebiam por outras vias. O seu universo português, moderno, nacional é próximo da prosa nacionalista que lêem nos panfletos e documentos apanhados, ou recebidos, dos movimentos. Os militares portugueses e os dirigentes lusófonos do PAIGC, do MPLA e da Frelimo não são mundos sociais distantes, mutuamente incompreensíveis – pelo contrário, assemelham-se social e culturalmente. Em contrapartida, os dirigentes da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) cujas tropas mataram muitos civis portugueses, mestiços e assimilados durante a grande revolta do Norte-Angola em 1961, que dizem querer caçar os “filhos

95 Existia no arquipélago uma corrente “adjacentista”, visando dotar o país de uma autonomia comparável àquela da Madeira e dos Açores, mas era extremamente minoritária.

96 Na Guiné-Bissau, a independência é proclamada, antes mesmo do golpe de estado em Lisboa, por uma assembleia popular eleita em condição de guerrilha e sob partido único. Só as Ilhas de Cabo Verde foram uma meia excepção, pois uma assembleia eleita proclamou a independência: apenas um partido tinha sido autorizado a apresentar candidatos, o PAIGC, podendo no entanto igualmente alguns candidatos independentes apresentarem-se (um deles foi eleito e votou contra a instituição do partido único).

97 Pensa-se no Partido Popular Democrático (PPD) que, é verdade, no contexto revolucionário de 1974-1975, não se dizia “de direita”, mas constituiu, bem como o CDS, a ala direita do leque político pós-1974. Do mesmo modo, o CDS, futuro Partido Popular, era atravessado por correntes saudosistas e por correntes aceitando uma certa descolonização.

98 Penso no momento no plenário de Cascais do Movimento dos Capitães de 5 de Março de 1974.

de colonos” (os mestiços), que reclamam a “autenticidade africana”, que muitas vezes não falam português, fazem parte de um *outro mundo*. O mesmo se diga da UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), para a qual o adjetivo “total” significa a mesma exclusão dos “filhos de colonos” em benefício dos quais o MPLA é suposto confiscar a independência<sup>99</sup>. Acontece um pouco o mesmo com uma FLING parcialmente francófona, adepta da negritude senegalesa, e de uma forma geral com todos os grupos favoráveis à separação da união Cabo Verde/Guiné querida por Amílcar Cabral. Em Moçambique, o problema praticamente não existe, mas os militares do Movimento dos Capitães sentem para com a Frelimo a mesma aproximação que têm com o MPLA e o PAIGC. Este aspecto é bastante menos evocado, mas é capital: longe de toda a consideração de “esquerda” ou de “direita”, PAIGC, MPLA e Frelimo são simplesmente *imagináveis* para os militares portugueses e, mais exactamente, para a forma como entrevêem, em traços gerais, o futuro de uma África que eles querem deixar o mais depressa possível.

A fim de explicar a facilidade com a qual a Frelimo se impôs ao governo português, BLN sobrestima inverosimilmente o papel do PCP: assim, este partido teria “naturalizado em Moçambique alguns dos seus simpatizantes que aguardavam a todo o momento a hora do pacto com o ‘messias’ que se esperava de Dar es-Salaam” e teria assim instrumentalizado os *Democratas de Moçambique* a favor da ditadura do proletariado... (pp. 300-301). Ora, o PCP não tinha membros em Moçambique: alguns raros comunistas, quase todos brancos, tinham em Moçambique uma actividade muito reduzida, sem praticamente nenhum laço com o PCP (apenas um pouco com o PC sul-africano nos anos 1940)<sup>100</sup>. Há além disso um aspecto desagradável nesta asserção ao negar a moçambicanidade destes brancos que fizeram a escolha de ficar no país por ideal político: seriam eles apenas agentes “naturalizados” para fins unicamente políticos e portanto não verdadeiramente moçambicanos. Porque brancos, ou porque comunistas?

Em contrapartida, é verdade que uma pequena minoria da comunidade branca ficou entusiasmada com um discurso da Frelimo afirmando que, no Moçambique independente, não haveria mais “nem brancos, nem negros, nem mestiços, nem indianos”, mas apenas “moçambicanos iguais”. A moçambicanidade era assim dissociada da africanidade. Eles viram um anti-racismo abrir-lhes um espaço para viver lá, onde havia também a negação sufocante de toda a diversidade cultural, social, étnica e política. Pode-se criticar este alinhamento cego, esta “fidelidade canina” de certos brancos à Frelimo, mas não se pode pôr em causa o imaginário de uma fraternidade enfim encontrada entre os filhos da mesma terra que, precisamente, a colonização interditava. Certamente, esta “fidelidade” – tanto mais “canina” que, ao longo do tempo, a sua manutenção era a condição *sine qua non* da manutenção de posições no seio da Frelimo, mas também no país – levou muitos deles a desvios de rumo. Mas reduzir o imaginário desta minoria da comunidade branca à “eterna conspiração comunista” simplesmente não permite compreendê-la<sup>101</sup>.

99 Está comprovado que a UNITA colaborou com os portugueses para melhor lutar contra o MPLA: mas esta cooperação instrumental não retira nada aos aspectos sociológicos evocados.

100 Ver a tese de Judith MANYA, *op. cit.*

101 No seio de uma página extremamente confusa (a página 301), BLN parece explicar que estes brancos, porque brancos, temiam ser considerados “reaccionários”, o que fazia correr o risco de obrigar os menos comunistas do grupo a denunciar os mais comunistas (supostamente com um projecto diferente daquele da Frelimo?), levando estes últimos a “colarem-se” mais à Frelimo. Uma passagem conta vagamente, sem que nenhuma fonte seja citada, as maquinações de um “conhecido comunista WV” agitando-se muito neste sentido. Se é conhecido, porquê não citar “WV”? É o jornalista Willy Vadington (ou Wadington)? Não percebo este

Tudo isso não deve esconder o essencial: no terreno, aqueles que pediam eleições plurais eram, na enorme maioria dos casos, os que não tinham combatido o colonialismo de armas em punho; a minoria daqueles que o tinham combatido eram, geralmente, dissidentes da Frelimo dos quais alguns tinham ido para Portugal. Podemos compreender as suas razões, nas condições de um funcionamento tendencialmente totalitário da Frelimo (*cf. supra*). Mas são razões que no imediato eram compreensíveis apenas para quem tinha vivido de perto a história do movimento de libertação. Para a população, que “recebia” na alegria um partido, do qual ignorava quase tudo mas que tinha sido legitimado pela guerra anticolonial e do qual se esperava “um governo da nossa cor”, estes pequenos grupos eram tidos como querendo impedir a independência.

Vimos que Simango tinha voltado a Moçambique, à Beira, a 6 de Julho de 1974, aproveitando alguns meses de indecisão entre o 25 de Abril e o 7 de Setembro. Empenhou-se em coligar os pequenos grupos hostis à Frelimo, de tendências diversas, mas incluindo, sem dúvida, grupos que tinham sido manipulados pelas autoridades coloniais: Joana Simeão não tinha sido recebida por Marcello Caetano pessoalmente, sob os auspícios de Jorge Jardim, procurando, então, promover dirigentes políticos africanos não frelimistas<sup>102</sup>. Poder-se-iam tomar outros exemplos. Portanto, Uria Simango procurou não tanto federar os anticolonialistas não frelimistas, mas os antifrelimistas de todas as tendências, com a excepção dos integracionistas portugueses de extrema-direita. Esta ausência de delimitação política, num momento em que, para a população, o problema não era “a favor ou contra a Frelimo”, mas “a favor ou contra a independência”, foi um primeiro e importante erro. Seja qual for a clareza dos escritos<sup>103</sup> do seu partido recriado, o PCN, Simango não podia mais posicionar-se numa postura anticolonialista democrática mas, no melhor dos casos, simplesmente democrática. Colocava-se assim, por si próprio, fora da principal contradição do momento. Evidentemente isso não significava que, fazendo isso, ele tivesse sido bem sucedido: pode ter-se razão e ser vencido. Mas a “grande coligação” anti-Frelimo, com toda a evidência, fragilizou a sua posição tanto junto das populações como dos militares portugueses que podiam ouvi-lo.

O seu pior erro, nesse momento, foi certamente ter estado presente aquando da ocupação do Rádio-Clube de Lourenço Marques a 7 de Setembro de 1974. Nesta data, um acordo acabava de ser assinado em Lusaca entre Portugal e a Frelimo, para um governo de transição formado por estes únicos dois parceiros que conduziria ao partido único Frelimo. Algumas horas depois, um motim eclodia em Lourenço Marques.

---

tipo de alusão em que se denunciam comportamentos públicos – “WV acabou vendo os democratas de Moçambique a levantarem bem mais alto o estandarte da ditadura do proletariado que ele e seus companheiros sempre levantaram na clandestinidade” – sem no entanto indicar nem a fonte, nem o nome da pessoa criticada... Ora, o que há de espantoso em que os raros comunistas brancos moçambicanos levantem mais alto o seu “estandarte”, agora que o fascismo caiu, do que durante este mesmo fascismo? A crítica deveria, evidentemente, ser sobre o próprio princípio de partido único, largamente propalado na época tanto no “radicalismo de esquerda” como nas correntes de direita! Além disso, a questão do racismo antibranco na população africana, perfeitamente explicável historicamente, mas não tão importante como isso, podia ser um verdadeiro temor destes “democratas”: a moçambicanidade foi, também para eles, uma conquista.

102 Jorge Jardim, em seguida, abandonaria J. Simeão convencendo-se de que o único interlocutor possível, e portanto útil, seria apenas a própria Frelimo, com a qual, por intermédio da Zâmbia e do Malavi, ele encetou negociações de paz culminando com os primeiros “acordos de Lusaca” em 1973 (estranhamente parecendo-se com o que, mais tarde, foram os acordos de Lancaster House sobre a Rodésia). Se os militares do MFA procuraram, por todos os meios, paralisar Jorge Jardim, devido à sua filiação política salazarista, mas também pelo facto de que ele podia ser considerado como um representante natural da comunidade branca de Moçambique que estes mesmos militares tinham decidido não ouvir, a Frelimo afirmou várias vezes que ela “não tinha nada contra o engenheiro Jorge Jardim”. Foi somente quando os militares portugueses lhe ofereceram a integralidade do poder que J. Jardim se tornou inútil, e portanto inimigo.

103 Ver por exemplo a declaração, lida por Simango, aquando da conferência de imprensa do PCN a 24 de Agosto de 1974, p. 307.

Pessoalmente, sempre combati as visões reducionistas dos acontecimentos dos dias 7-10 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques. Não, não se tratava de um movimento contra o princípio da independência; não, não se tratava de um movimento para uma independência “à rodesiana”; não, não se tratava de uma tentativa de golpe de Estado de Jorge Jardim<sup>104</sup>, etc. Mas, inversamente, dizer que “[horas] depois da assinatura do acordo de Lusaca [...] eclode em Lourenço Marques *um levantamento popular de grande vulto*” [itálico meu] (p. 309) não é fundado, tanto mais que, na página seguinte, BLN precisa que se tratava de “um grupo de cidadãos, a maioria dos quais descendentes de ex-colonos portugueses, alguns mestiços e assimilados” (p. 310). Seja qual for o seu número, a sua exterioridade social para com a massa da população africana é evidente: não se trata “dum levantamento popular de grande vulto”, mas da reacção emocional de portugueses (brancos, mestiços e negros), ao ver a bandeira portuguesa arrastada no chão atrás de um carro de partidários da Frelimo festejando a vitória de Lusaca. Do ponto de vista da análise histórica, trata-se portanto de um movimento social de colonos (em particular dos nascidos em Moçambique), do desespero de uma comunidade de pessoas sobre as quais tinha sido decidido em Lusaca que não seriam consultadas e que viam ser-lhes vedado um eventual lugar específico no país (direito de criar um partido político, etc.) pelos acordos de Lusaca.

Assim, a independência exprimia a vitória de dois grupos e a derrota de um terceiro: os anticolonialistas africanos da Frelimo (e, através deles, a população moçambicana) e os militares portugueses antifascistas (e, através deles, a metrópole democratizada) eram vencedores; a pequena burguesia luso-colonial era não apenas vencida enquanto classe, mas também negada enquanto comunidade. A análise histórica permite compreender isso.

Mas no imediato a “análise política popular” só podia alimentar uma interpretação diferente: os colonos tentavam impedir a independência, tanto mais que certos extremistas brancos de direita (sobre os quais BLN não diz uma palavra) se lançaram em ataques assassinos contra os civis do *caniço*, talvez com o objectivo de provocar um contra-ataque massivo dos “negros” contra os “brancos”, obrigando então o exército português a intervir massivamente para defender os “brancos”. Isso viria a acontecer, mas somente a 21 de Outubro seguinte, na sequência da provocação de *comandos* portugueses, fazendo centenas de vítimas na população branca e desencadeando o pânico e o êxodo de numerosos portugueses que poderiam ter sido muito úteis ao país. No imediato, nestes dias de Setembro, patrulhas conjuntas das Forças Armadas portuguesas e dos guerrilheiros da Frelimo, acabados de chegar à cidade, conseguiram manter a situação.

É possível que Uria Simango se tivesse deslocado a Lourenço Marques, principalmente para se encontrar com a delegação que o general Spínola tinha enviado de emergência<sup>105</sup>: isso não impede que, presente na capital, apareça no Rádio-Clube e seja então considerado como participante no “levantamento”.

A partir desse dia, os pequenos grupos coligados à sua volta passaram a ter ainda menos legitimidade do que antes e as agressões físicas contra eles multiplicaram-se, num clima geral de intimidação.

Vimos que, graças à rede Jardim, Uria Simango consegue deixar Moçambique rumo à Rodésia, no início de Outubro de 1974. Mas, na Rodésia, não faz somente uma escala

<sup>104</sup> Este último proibiu os seus partidários de participar, e até mesmo de estarem simplesmente presentes, aquando deste motim.  
<sup>105</sup> É o que o testemunho de José Vilanculos, recolhido em 1997, deixa supor (p. 317).

técnica, para em seguida partir para um país africano “frequentável”. Ele tenta convencer os rodesianos a ajudá-lo a afastar a Frelimo<sup>106</sup>: o facto de os rodesianos inicialmente não estarem interessados não muda em nada o significado político do acto. Para Uria Simango, doravante, não se trata mais de uma luta relativa à melhor via para combater o colonialismo e o imperialismo – que até então tinha sido o eixo de toda a sua orientação política<sup>107</sup> – mas do combate contra a Frelimo, com qualquer aliado que seja, inclusive as forças regionais do imperialismo, aquelas do *apartheid* rodesiano e sul-africano. Pode compreender-se uma tal atitude, adoptada por um dissidente encurralado e sem os meios de pensar no futuro. Mas, agindo assim, Uria Simango condenava toda a actividade futura que poderia conseguir organizar. Basta ver o preço que a Renamo pagou, e que ainda paga, por ter sido apoiada pela Rodésia e pela África do Sul, bem como a dificuldade que teve para conquistar a sua independência política e a sua “moçambicanidade”, a legitimidade que conquistou somente aquando das eleições de 1994.

A viragem política de Simango é confirmada pela sua partida para a África do Sul, a 31 de Outubro de 1974. É lá que ele toma conhecimento de que as instalações do PCN na Beira foram atacadas e fechadas e a direcção presa. Num documento então emitido (“Actual Situation in Mozambique, April 25-Nov. 1974”), ele lembra a eliminação física do Coremo pela acção conjunta das tropas zambianas e da Frelimo, a fim de afastar todo o risco de participação do primeiro nas negociações, e reafirma a legitimidade do motim de 7 de Setembro: “as manifestações [...] tiveram o apoio de quase todo o país. Tratou-se de uma manifestação de raiva do povo relativamente a esse acordo [de Lusaca]” (p. 320). A estadia de Uria Simango na África do Sul parece não ter sido mais frutuosa do que aquela na Rodésia. E isso é compreensível por uma razão muitas vezes esquecida: nos primeiros meses da independência, a política sul-africana de forma alguma foi de desestabilização contra Moçambique, mas, ao contrário, de boa vizinhança. A África do Sul era pragmática e estava pronta para manter boas relações com uma “República negra”. Não dava muita importância ao “marxismo” (de resto ainda não oficial) da Frelimo. Tudo evidentemente viria a mudar quando, a 3 de Março de 1976, Moçambique declarou-se “em estado de guerra” contra a Rodésia e fechou a fronteira, após este país ter atacado as instalações da ZANLA em Tete e Gaza, em Janeiro.

Qual poderia ter sido o papel de um grupo moçambicano, anticolonialista e anti-imperialista, mas hostil ao partido único, no Moçambique dos anos 1975-1979? Não há nenhuma dúvida de que teria sofrido um duro isolamento, a tática de luta armada teria sido impossível e teria de construir pacientemente um movimento civil clandestino em Moçambique, em defesa dos direitos democráticos e das necessidades sociais dos habitantes. Impõe-se constatar que não se encontrou, então, nenhum quadro político para imaginar uma tal tática<sup>108</sup>. Mesmo um Domingos Arouca, no exílio, manteve a ficção de uma unidade entre todos os inimigos da Frelimo e procurou por todos os meios fazer-se conhecer como “braço civil” da Renamo. Naturalmente isso é devido à ausência de tradição democrática no movimento social moçambicano e também ao facto de os dissidentes

<sup>106</sup> BLN retoma aqui os dados fornecidos por J. CABRITA, *op. cit.*, particularmente pp. 80-84.

<sup>107</sup> Lembremo-nos de que, contrariamente a outros dissidentes, Uria Simango nunca se tinha rendido aos portugueses.

<sup>108</sup> É interessante constatar que, em Cabo Verde como em Angola, onde existiam pequenos núcleos marxistas independentes, particularmente trotskistas (em Cabo Verde) e maoístas (em Angola), nenhum deles se pronunciou claramente a favor do pluralismo político. Antes defenderam uma opção de “endireitamento” do partido único, sem contestar frontalmente a sua unicidade, ou procurando criar um outro partido... único (caso da Organização Comunista de Angola/OCA, por exemplo). A subestimação da questão democrática nestas correntes está patente e está ligada à subestimação à escala internacional por estas mesmas correntes.

da Frelimo terem, no fim de contas, uma visão militar da acção política: a Frelimo tinha ganho pela guerra, era preciso vencê-la pela guerra, fosse qual fosse o preço das alianças a tecer.

É pena que BLN não apresente uma reflexão política deste tipo, mantendo ainda hoje para um tão formidável movimento social em marcha – o processo de transcrescimento da revolução democrática em revolução social em Portugal – a simples visão da conspiração moscovita, com as suas consequências em Moçambique e no resto de África.

## Este bom Dr. Banda...

O sétimo capítulo conta o rapto de Uria Simango e sua detenção em Nachingweia, depois em Moçambique, em M'sawize e enfim em M'telela, onde foi executado. O capítulo conta também o rapto ulterior do Padre Gwenjere, em Outubro de 1976 e enfim a tentativa da Frelimo de legalizar *a posteriori* as execuções de Uria Simango, Paulo Gumane, Mateus Gwenjere, Joana Simeão, Narciso Mbule, Basílio Banda, Lázaro N'Kavandame e Júlio Razão de Níliá, revelados pela defecção, em 1982, de Jorge Costa, antigo dirigente do SNASP<sup>109</sup>. Sobre estes acontecimentos não há aqui grande coisa a dizer e os dados (sinistros) fornecidos são muito úteis.

A colaboração ao mais alto nível do poder malaviano para atrair Uria Simango, que acabava de chegar ao Quênia na esperança de influenciar Jomo Kenyatta e, graças a ele, a OUA<sup>110</sup>, é compreensível. O ditador Hanstings Kamuzu Banda, que tinha não apenas colaborado com Jorge Jardim, mas também estabelecido relações diplomáticas regulares com o regime colonial português, tinha muito que se fazer perdoar e era dependente do caminho-de-ferro que liga o seu país a Nacala<sup>111</sup>. Fica-se assim muito admirado quando se lê na obra de BLN as razões da mudança de atitude de K. Banda a partir de 1977:

Entretanto, acredita-se que, em 1977, Kamuzu Banda tomou conhecimento das sevícias a que estavam sujeitos os homens que o seu governo havia ajudado a prender. As garantias dadas por Nqumaio<sup>112</sup> de que após a ascensão de Moçambique à independência Simango e seus companheiros seriam postos em liberdade não foram cumpridas. Kamuzu Banda apercebeu-se, então, da natureza real da conspiração por si consentida. (p. 341)

Banda, muito conhecido pela sorte reservada a todos os seus opositores, teria portanto ficado indignado com a detenção, em más condições, de Simango e de outras pessoas entregues por si... Na obra, nenhuma fonte é indicada para testemunhar uma tal humanidade do Dr. Banda. BLN coloca isso em relação com uma suposta tentativa de golpe de estado, em 1977, de Nqumaio: Banda teria compreendido que este último o tinha enganado, e BLN subentende que era um agente da Frelimo (ou da Tanzânia). Nqumaio foi executado. Mas BLN reconstrói aqui a história a partir de factos ulteriores. O regime

109 SNASP: Serviço Nacional de Acção e Segurança Popular, a policia política da Frelimo.

110 Lembremo-nos de que a OUA tinha reconhecido não apenas a Frelimo, mas também o Coremo, a pedido da Zâmbia.

111 Outros dissidentes são entregues pelo Malavi, como Joana Simeão, Paulo Gumane, do PCN, ou Amós Sumane, antigo membro da Frelimo e da Unar (um grupo manipulado por Jorge Jardim e que dizia combater pela independência da "Rombézia", a saber o espaço entre Rovuma e Zambézia), em seguida fundador do Partido Revolucionário de Moçambique, pequeno grupo zambeziano de guerrilha que se juntará à Renamo, em Agosto de 1982. Além disso, dissidentes, alguns dos quais tinham cessado toda a actividade política há anos, são entregues pela Tanzânia (depois de Miguel Murrupa, citemos Raul Casal Ribeiro e Judas Honwana).

112 Albert Nqumaio, secretário-geral do *Malawi Congress Party* e ministro na Presidência.

malaviano foi marcado por numerosas tentativas de golpe de Estado, comprovadas ou inventadas, práticas para se desembaraçar deste ou daquele dirigente. Todas as ditaduras conhecem este fenómeno, tanto mais que são muito personalizadas. Que a reviravolta anti-Frelimo do Malavi em finais de 1976, após um período de boa vizinhança em 1974 e 1975, tenha provocado agitação interna no MCP é perfeitamente possível. Que H. K. Banda tenha provocado a repressão dessa agitação para dizer que tinha sido “enganado” pelos revoltosos (ou assim considerados), é ainda possível (mas BLN não fornece nenhuma fonte). Mas fiar-se neste tipo de declaração demonstra uma lastimável ausência de metodologia crítica...

## Simango e a ideologia política

O oitavo e último capítulo apresenta uma tentativa de reflexão sobre o pensamento político de Uria Simango. Este capítulo condensa todos os problemas metodológicos indicados precedentemente. Com efeito, BLN quer absolutamente provar que, senão no início, pelo menos “cedo” (p. 362), Uria Simango fora um adepto da democracia pluralista. Ora, nenhuma fonte, escrita ou oral, vinda directamente dele permite dizer isso. São os seus condiscípulos, entrevistados anos mais tarde por BLN (José Vilanculos em 1997, Alberto Sithole em 1998), que reportam que Simango afirmava, desde os anos sessenta (mas antes ou depois da sua saída da Frelimo?) nas Nações Unidas, que “ninguém ditaria o futuro político de Moçambique senão o povo moçambicano, por via de processos democráticos num regime pluralista” (p. 356). Se estes discursos nas Nações Unidas existem, porquê não citar directamente os seus textos originais, todos conservados em Nova Iorque? Por que razão não há nenhum texto de Uria Simango na imprensa da Frelimo (*Mozambique Revolution*, etc.), quando ainda era vice-presidente, que apresente uma tal tomada de posição?

BLN cita um extracto de *Gloomy Situation in Frelimo* em apoio à sua tese. Este extracto diz respeito ao primeiro período da Frelimo:

O objectivo a ser alcançado, a independência nacional, era o princípio orientador na aceitação de membros na Frente. Isto quer dizer que todo o moçambicano, fosse qual fosse o seu credo, sexo ou opinião política podia receber o estatuto de membro se aceitasse o estatuto e o programa da Frente. (p. 356)

Numa outra passagem de *Gloomy Situation*, abordando o período da radicalização da Frelimo, Simango escreve:

Há uma tendência de dizer que estamos divididos quanto à ideologia. Isto só pode significar divergências sobre questões económicas, religiosas, sociais, etc. Concordo que a ideologia é muito importante, mas nunca deve ser considerada como factor de unidade ou de divisão das forças de libertação de Moçambique nesta fase, se todas elas estiverem de acordo e aceitarem os princípios fundamentais: a) libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa e b) através da luta armada. Hoje em dia a nossa luta não é essencialmente uma luta ideológica ou de classe, é uma luta de massas contra a dominação estrangeira, contra o colonialismo português, pela liberdade e independência dessas massas. A questão do socialismo científico e do capitalismo em Moçambique não devia dividir-nos, embora se torne um pro-

blema obrigatório numa fase mais avançada da luta. Isto não deve ser interpretado de forma a significar que devemos permitir ou desenvolver um grupo burguês ou orientado para o capitalismo dentro da Frelimo pois o nosso objectivo é emancipar o nosso povo completamente [...] este é o compromisso. (p. 404)

Estas duas passagens mostram muito bem as divergências entre Uria Simango e os político-militares marxizantes. Sem ele próprio se pronunciar sobre o fundamento ou o carácter errado do objectivo socialista, lembra que a “fase actual” da luta é aquela da independência nacional, que esta reivindicação estratégica é a base da unidade, que todo o moçambicano, seja qual for a sua opinião política, pode aderir à Frelimo desde que seja a favor da independência. Por conseguinte, apela ao respeito do pluralismo exprimindo-se na Frente, mas também apela a que o pluralismo político se exprima organizacionalmente numa Frente única. *Nada, nestas passagens, pode levar a dizer que Simango se pronuncia a favor do direito à pluralidade das organizações.* É somente quando ele próprio se vai dedicar à construção do Coremo que apelará então à unidade entre as organizações, defendendo portanto uma opção pluralista; anteriormente defendia uma posição integracionista da diversidade no seio de uma mesma organização. Isso é muito claro no *Gloomy Situation*: nele Simango rompe com a direcção da Frelimo, mas ainda não com a própria Frelimo; ainda está na lógica de endireitamento, e não de concorrência ou confrontação; considera que é a direcção da Frelimo que divide a Frente e apela a que se ultrapasse essa situação para salvar não só a unidade, mas também a unicidade.

Eduardo Mondlane e Uria Simango (até à expulsão deste da Frelimo) tiveram posições muito semelhantes: *era a Frente de libertação que devia unir toda a população africana e assim produzir a nação e chegar ao poder para fazer desta nação um Estado.* Que Simango tenha imaginado que se fizesse com eleições, como o afirma Alberto Sithole na entrevista concedida a BLN em 1998, é possível, mas de nenhuma forma provado. Além disso, a palavra “eleições” não demonstra nada: a Frelimo organizou várias eleições enquanto partido único (nacionais, provinciais e locais) cujo papel é preciso não subestimar. Certamente não se tratava de pluralismo, mas de uma acção forte de integração de todos os sectores da população na esfera do partido-nação. Ora, a ideia integracionista, acabámos de ver, está presente no pensamento de Simango.

Portanto, estritamente, nada permite afirmar que, sendo Uria Simango vencedor, a Frelimo não teria defendido um ideal político de partido único, pelo menos para a “fase actual”. Provavelmente pode dizer-se o mesmo de Eduardo Mondlane. Além disso, naturalmente, há diversos estilos de partido único: nas Ilhas de Cabo Verde, o PAIGC (até 1979), transformado em PAICV depois da separação da Guiné-Bissau, estabeleceu um regime de partido único. Este último não fuzilou, pouco torturou. O mesmo partido (PAIGC) foi muito mais violento na Guiné-Bissau, assim como o foram, em Angola, o MPLA, “de esquerda”, mas outro tanto a FNLA e a UNITA, “de direita”, e a Frelimo em Moçambique. Poder-se-ia igualmente discutir o funcionamento interno da Udenamo, da Manu, do MANC, do Coremo, etc. Há graus no despotismo e no paternalismo autoritário. *Mas nenhuma corrente anticolonialista das colónias portuguesas defendeu o pluralismo.* A questão democrática, na direita como na esquerda, é a grande ausente da reflexão política da época. Um Amílcar Cabral, que recusa explicitamente o marxismo, defende não menos explicitamente o modelo de partido único...

Paradoxalmente, os “marxistas” eram os que deviam ter estado mais bem posicionados para abordar a questão do pluralismo: não há nem uma palavra, em toda a obra de Marx, a favor do partido único, e os marxistas presentes no *Quartier Latin*, em Paris, quando Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano e outros o frequentavam, não eram apenas aqueles que provinham do modelo estalinista. Mas é preciso crer que este último modelo, com o Estado como principal actor da economia, um partido único crisol da nação, uma nação centralizada e moderna que nega as relações sociais originais no seio do campesinato, etc., correspondia bem ao seu imaginário de nação a construir, alimentado enfim pelo exemplo português (ou francês jacobino). Não se trata, a longo termo, de uma orientação de “radicalismo de esquerda”, mas de uma imposição da nação pós-colonial a povos cuja história e pertinência políticas são negadas. E evidentemente não é o resultado da “missão incumbida pela Internacional Comunista” (p. 365), de resto dissolvida por Estaline em 1943.

Deste ponto de vista, a transição para o liberalismo desde 1987, depois para o pluralismo político, a partir de 1990-1992, não constituiu uma “mudança de opinião” dos dirigentes da Frelimo sobre a questão essencial: a produção rápida de uma nação homogênea. A fase “radical” era necessária para produzir uma base social, via Estado, para uma elite de natureza burocrática e socialmente muito fraca, que nasceu no contexto particular do colonialismo português dos anos 1940-1960. Os mesmos dirigentes que, em 1977, defendiam enormemente o papel do Estado, pois este era a condição da sua reprodução social e mental, são os primeiros a pregar hoje as privatizações (nas suas mãos, dado que doravante gozam de uma acumulação de capital suficiente para poder assumir a gestão de empresas “burguesas”).

Mas este processo, mais recente, não é mais “um grande plano” do que terá sido a “conspiração comunista-sulista” para tomar o poder no seio da Frelimo: trata-se, primeiro, de *processos sociais, de trajetórias de gerações*. A Frelimo de 2006 teria sido inimaginável para um dirigente dos anos 1966, 1976 ou mesmo 1986: no entanto, este dirigente, muitas vezes, ainda está no poder e teoriza, *a posteriori*, sobre a necessidade de dotar o país de uma “burguesia nacional”, da qual ele conta fazer parte. De facto, há uma ligação de causa e efeito, entre o “marxismo-leninismo” de partido único dos anos 1977-1989 e a viragem neoliberal: *foi porque este regime não construiu a democracia em Moçambique*, quer dizer, o poder dos povos presentes no seio das fronteiras definidas pelo colonialismo, que as suas potencialidades de progresso foram depressa esgotadas e que não pôde mobilizar a população para vencer a Renamo. O apoio da África do Sul à Renamo foi útil ao regime da Frelimo, permitindo salvaguardar por muito mais tempo a sua legitimidade internacional, mas acentuando cada vez mais a sua dependência externa. E, ao contrário do que crê BLN, esta dependência externa foi bem maior para com o Ocidente, desde 1981 – desde o “Plano prospectivo indicativo” que devia “vencer o subdesenvolvimento e instaurar o socialismo em dez anos” com... o apoio de capitais ocidentais<sup>113</sup> – do que para com os países de Leste. A presença destes últimos em Moçambique era na realidade muito frágil, e de tipo mercantil, mais do que imperialista<sup>114</sup>.

<sup>113</sup> É preciso não esquecer que, em 1981, a URSS fez saber a sua recusa definitiva de incluir Moçambique no seio do CAME e isso significa que, para ela, Moçambique não era socialista.

<sup>114</sup> Na época, poucos estudos vaticinaram que o “marxismo-leninismo” da Frelimo implicaria a curto ou médio prazo o regresso aberto às leis do “mercado livre”. Destes estudos, citemos pelo menos um, com um título inequívoco: Pierre OLIVIER, “Moçambique: l’engrenage néo-colonial”, *Quatrième Internationale* (Bruxelles), n.º 3, Janeiro-Março 1981: 23-46. A tese deste estudo, publicado numa revista trotskista de pesquisa política, era de que a política da Frelimo não tinha provocado uma “transição socia-

O principal defeito de muitas análises feitas sobre Moçambique, do lado dos “prós” como dos “contras”, é a sobrevalorização considerável dos discursos e das suas “palavras”, em vez do escrutínio da significação socialmente estruturante destes discursos. Não se trata aqui de saber se o marxismo da Frelimo foi “verdadeiro” ou “falso”<sup>115</sup>; trata-se de saber qual foi o seu significado social, o papel estruturante nas elites políticas, a sua função na formação do imaginário nacional, longe de toda a “missão ordenada pela Internacional comunista”. BLN de forma alguma escapa a este defeito da sobrevalorização do discurso: para ele, é porque Moçambique foi “marxista” que todas estas desgraças aconteceram. Ele acaba por dizer a mesma coisa que os partidários da Frelimo dizem: é porque Moçambique foi “marxista” que foi atacado. As contradições sociais internas a Moçambique acabam por ser esquecidas em proveito de uma sobredeterminação pelos factores ideológicos ou internacionais, pela Guerra Fria, etc.

No entanto, no plano ideológico, não há muita diferença entre o pensamento de Uria Simango e aquele de Eduardo Mondlane. Mas também não há um abismo entre o pensamento de Uria Simango e aquele dos político-militares marxizantes. Isso não significa que os conflitos não tenham sido fundados, nem que estes conflitos possam ser reduzidos a “combates de chefes” pelo poder. Este aspecto interpessoal não pode ser subestimado, mas, no caso presente, tratou-se de uma luta pela eliminação política, depois física, de um homem “só”, organizada por um grupo com clara consciência de si próprio: a assimetria é patente em desfavor de Uria Simango. Contudo, se o conflito no seio da Frelimo era profundo, no início não era de natureza ideológica. Mais exactamente, os alinhamentos ideológicos posteriores só exprimiram clivagens sociais preexistentes na Frelimo e na sociedade moçambicana<sup>116</sup>. Para explicar tensões culturais, sociais e étnicas que os ultrapassavam, os protagonistas procuraram ferramentas culturais nas ideologias disponíveis do momento. A estrutura não democrática da Frelimo – o seu funcionamento interno moldado, desde 1962, sobre um “centralismo democrático interno” – impediu uma abordagem politizante e formadora das dificuldades, fazendo de toda a divergência a “marca” de uma acção inimiga, uma conspiração, uma luta de ambições, etc. A luta armada pôs em contacto pessoas que ignoravam tudo umas das outras num espaço – Moçambique – que não era nacional mas colonial; o autoritarismo impediu a fusão dinâmica das identidades etnonacionais numa pan-identidade moçambicana e impediu a génese de uma nação das nações moçambicanas.

A história não é o contrário mecânico da história única. Também não é menos verdade que era preciso quebrar a hegemonia da história oficial, fazê-lo em Moçambique e ser um moçambicano a fazê-lo. Todas as críticas, por mais severas que sejam, apresentadas neste estudo não retiram nada ao mérito de Barnabé Lucas Ncomo. A luta provavelmente, mas a história sem nenhuma dúvida, continua!

*Bordéus (França), 20 de Abril de 2006*

lista”, mas tinha, não obstante, impedido ou atrasado a emergência das camadas de comerciantes, temidas pela elite burocrática no poder. Nem socialista, nem capitalista, esta política só podia conduzir ao impasse, no sentido de uma rápida reintegração no mundo neocolonial.

<sup>115</sup> Esta discussão não seria sem interesse, na condição de a formular de uma maneira diferente, numa análise exaustiva das influências ideológicas que intervieram na formação da Frelimo.

<sup>116</sup> Sobre este ponto, junto-me inteiramente a BLN: os conflitos no seio da Frelimo não foram um conflito entre “linha burguesa” e “linha revolucionária”.